



Número: **0805257-02.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **07/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RONALDO PRAZERES CUNHA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6468133	24/09/2019 14:52	<a href="#">Petição de Execução de Sentença</a>	Petição
6468142	24/09/2019 14:52	<a href="#">CÁLCULOS - RONALDO PRAZERES CUNHA</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6189468	02/09/2019 18:58	<a href="#">Ciência sem manifestação</a>	Petição
6082092	27/08/2019 10:11	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
6078615	23/08/2019 11:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
6072824	22/08/2019 21:27	<a href="#">Manifestação Laudo Pericial</a>	Manifestação
5857440	02/08/2019 16:19	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
5797806	29/07/2019 21:35	<a href="#">Laudo Pericial</a>	Laudo Pericial
5797807	29/07/2019 21:35	<a href="#">10 - RONALDO PRAZERES CUNHA</a>	Laudo Pericial
5753209	24/07/2019 17:23	<a href="#">IMPUGNAÇÃO AO LAUDO</a>	Petição
5753211	24/07/2019 17:23	<a href="#">2590109_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01</a>	Petição
5753212	24/07/2019 17:23	<a href="#">Anexo_01</a>	Comprovante
5354183	13/06/2019 13:01	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
5317677	10/06/2019 22:59	<a href="#">Petição</a>	Petição
5298935	07/06/2019 16:49	<a href="#">MANIFESTAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
5298941	07/06/2019 16:49	<a href="#">2590109_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01</a>	Petição
5298943	07/06/2019 16:49	<a href="#">Anexo_01</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5200258	29/05/2019 16:49	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
5200259	29/05/2019 16:49	<a href="#">6</a>	Diligência

51105 14	21/05/2019 16:49	<a href="#">MANDADO</a>	MANDADO
51104 94	21/05/2019 16:32	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
51099 48	21/05/2019 16:14	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
50790 68	17/05/2019 16:57	<a href="#">MANIFESTAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
50790 71	17/05/2019 16:57	<a href="#">2590109_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01</a>	Petição
50265 29	14/05/2019 09:11	<a href="#">Ata da Audiência</a>	Ata da Audiência
50265 31	14/05/2019 09:11	<a href="#">0805257-02-2019</a>	Ata da Audiência
49392 51	03/05/2019 17:22	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	CONTESTAÇÃO
49392 59	03/05/2019 17:22	<a href="#">2590109_CONTESTACAO</a>	CONTESTAÇÃO
49392 61	03/05/2019 17:22	<a href="#">Anexo_01</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
49392 74	03/05/2019 17:22	<a href="#">Anexo_02</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
49392 75	03/05/2019 17:22	<a href="#">CARTA DE PREPOSTOS-</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
49392 77	03/05/2019 17:22	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO--</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
49392 78	03/05/2019 17:22	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO_SUPERVISAO</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
49084 16	30/04/2019 16:28	<a href="#">AVISO DE RECEBIMENTO</a>	AVISO DE RECEBIMENTO
49084 20	30/04/2019 16:28	<a href="#">805257 1</a>	AVISO DE RECEBIMENTO
48283 48	22/04/2019 23:22	<a href="#">Manifestação</a>	Manifestação
46161 73	29/03/2019 12:52	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
44916 48	14/03/2019 12:34	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
44398 25	07/03/2019 18:21	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
44398 26	07/03/2019 18:21	<a href="#">01-PETIÇÃO INICIAL-RONALDO PRAZERES CUNHA</a>	Petição
44398 27	07/03/2019 18:21	<a href="#">02-Procuração e Documentos Pessoais</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
44398 29	07/03/2019 18:21	<a href="#">03-Declaração de Hipossuficiência</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
44398 30	07/03/2019 18:21	<a href="#">04-Oficio 187-CGJ-JUSTIÇA GRATUITA-LEI 1.060 de 1950</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
44398 32	07/03/2019 18:21	<a href="#">05-Laudo Médico, Boletim de Ocorrência e Doc Veiculo</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
44398 39	07/03/2019 18:21	<a href="#">06-Prontuario 1º Atendimento</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
44398 45	07/03/2019 18:21	<a href="#">07-Prontuario Médico Hospitalar</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
44398 46	07/03/2019 18:21	<a href="#">08-Informações do Sinistro nº 3180-277681</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 10ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA-PI**

**Processo nº: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**EXEQUENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA**

**EXEQUIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**RONALDO PRAZERES CUNHA**, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “in fine” firmado, constituído e qualificado em outorga, com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, para requerer **A EXECUÇÃO DA SENTENÇA**, com base nos fatos e fundamentos a seguir:

**I-BREVE SÍNTESE DA EXECUÇÃO**

A parte exequente ingressou com pretensão de cobrança de indenização de Seguro Obrigatório DPVAT em virtude acidente de trânsito ocorrido, no dia 07/11/2017, após ingressar com pedido administrativo nº 3180/277681, tendo seu pedido de indenização **PAGO DE FORMA DESPROPORCIONAL AO GRAU DE LIMITAÇÃO APRESENTADO**, recebendo da requerida o valor ínfimo de **R\$: 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, pleiteando então pelas vias judiciais o pagamento da diferença do Seguro no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

Após realização de perícia médica judicial, designada para o dia 12/07/2019, a partir das 13:00hrs, através do convenio 69/2015, realizado pelo TJPI e Seguradora Líder, tendo como perito nomeado Dr. Igor Noronha P. Calegari, após análise pessoal e documental do exequente, concluiu que o grau de invalidez ao qual estava acometido o demandante era de **75% DA MÃO ESQUERDA – INTENSA e 50% DO POLEGAR DIREITO - MÉDIA**, conforme laudo pericial;

A parte exequente teve sua pretensão parcialmente acolhida pelo Nobre Magistrado, após manifestação das partes sobre o laudo pericial anexado, condenando a exequida, ao pagamento da indenização no valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, corrigidos monetariamente desde o pagamento a menor e incidindo juros de mora de 1% ao mês desde a citação, e ainda ao pagamento de honorários de sucumbência no percentual de 15% sobre o valor da causa, conforme sentença;



## **II-DO VALOR ATUALIZADO**

Com base nas informações constantes acima, o valor da condenação referente a indenização de Seguro Obrigatório DPVAT, se deu no valor **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**;

Assim a presente Execução, tem um valor apurado corrigido e atualizado com juros de mora de 1% a.m desde a citação ocorrida em 09/04/2019 e correção monetária desde o pagamento a menor que ocorreu em 27/08/2018, o que totaliza a quantia de **R\$ 2.563,91 (dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos)**, conforme planilha de cálculos em anexo;

Ainda deverá ser acrescidos de honorários de sucumbência no valor arbitrado de **R\$ 1.063,12 (um mil, sessenta e três reais e doze centavos)**, correspondentes a 15% sobre o valor da causa a qual foi atribuída o valor de R\$ 7.087,50, cujo deverá ser intimada a executada pagar voluntariamente o valor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa prevista no art. 523, §1º, do CPC/15.

Destaca-se que todos os valores estão acrescidos de juros simples de mora de 1% ao mês, e correção monetária com índice fornecidos pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, conforme Provimento Conjunto 06/2009 e seguindo todos os termos da sentença;

## **III-DOS REQUERIMENTOS.**

**DIANTE DE TODO O EXPOSTO**, a Exequente vem requer a Vossa Excelência às seguintes providências para efetivo cumprimento do acordo:

**I.** - Requer a intimação da Executada para em 15 dias realizar o pagamento voluntário do valor devido ao Exequente, acrescidos de juros e correção monetária pela tabela fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, conforme Provimento Conjunto 06/2009 e termos da sentença, proferido nos autos, já abatidos os valores que por ventura já foram recebidos pela via administrativa, o que totaliza a quantia de **R\$ 3.627,03 (três mil, seiscentos e vinte e sete reais e três centavos)**, a ser revertidos em favor do exequente e seu patrono.

**II.** – Realizando o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, requer a expedição de alvará judicial em nome do Exequerente **RONALDO PRAZERES CUNHA**, no valor de **R\$ 2.563,91 (dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos)**, referentes ao pedido de indenização complementar e a expedição de alvará judicial no valor de **R\$ 1.063,12 (um mil, sessenta e três reais e doze centavos)** em nome do causídico **JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA, OAB/PI 12.813**, referentes aos honorários advocatícios sucumbenciais;

**III.** - Caso não pague voluntariamente o valor no prazo de 15 dias, requer seja realizada a penhora online, através do convênio com o sistema **BACENJUD**, nos termos do art. 838, do CPC/15, em todas as contas em nome da Executada **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ nº: 09.248.608/0001- 04, na importância líquida de **R\$ 4.388,69 (quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos)**, valor este já acrescidos da cláusula penal de 10% (dez por cento) previsto no art. 523, §1º, do Código de Processo Civil e honorários de sucumbência prevista no mesmo artigo;

a) Sendo realizada a penhora e não sendo o valor contestado pela Executada, sejam expedidos os alvarás judiciais em separados, em nome do autor **RONALDO PRAZERES CUNHA**, no valor de **R\$ 2.926,60 (dois mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)** e de seu patrono **JOSÉ**





**FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA, OAB-PI 12.813**, no valor de **R\$: 1.462,09 (um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e nove centavos)**, acréscimos dos juros legais que por ventura venham a incidir;

b) Não sendo realizada a penhora online nas contas da Executada, desde já requer que a constrição seja feita através de Oficial de Justiça, em tantos bens quantos bastarem para a garantia do juízo com a subsequente avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando-se o Executado;

c) Por fim, requer o efetivo cumprimento da r. sentença proferida nos autos, em observância ao Princípio da Segurança.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 24 de setembro de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



## CÁLCULOS DE ATUALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Processo: 0805257-02.2019.8.18.0140  
Exequente: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Exequida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Origem: Sentença Juiz 10ª Vara Cível de Teresina Status: Transitado em Julgado



Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 2.362,50
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condensatória em Geral (Res.267/2013) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2018 a Setembro/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m., simples
Período dos Juros	9/4/2019 a 23/9/2019

Dados calculados	
Fator de correção do período	396 dias
Percentual correspondente	396 dias
Valor corrigido para 13/2019	(=)
Juros(167 dias-5,000000%)	(+)
Sub Total	(=)
Valor total	R\$ 2.563,91

Honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em sentença 15% sobre o valor da causa;

Valor da causa R\$ 7.087,50 x 15% = R\$ 1.063,12

Total devido ao Exequente corrigido e atualizado	R\$ 2.563,91
Total devido de honorários de sucumbência	R\$ 1.063,12
Valor total a ser executado	R\$ 3.627,03



### **PARAMETROS UTILIZADOS PARA APURAÇÃO DO CÁLCULO:**

1. Condenação de R\$ 2.362,50, arbitrados em sentença, **id: 6082092**, com aplicação de atualização monetária desde o pagamento a menor ocorrido em 27/08/2018 conforme comprovante de pagamento **id: 5753212**, utilizando o índice de acordo com Provimento Conjunto nº 06/2009, usando o manual da Justiça Federal nas ações condenatórias em geral, e juros de mora de 1% a.m, a partir da citação ocorrida em 09/04/2019, conforme aviso de recebimento **id: 4908420**;
2. Honorários de sucumbência arbitrados em sentença no percentual de 15% sobre o valor atribuído a causa;
3. Possibilidade da aplicação da multa de 10%, prevista no art. 523, §1º, do CPC/15 e honorários de sucumbência de 10%, previsto na segunda parte do mesmo artigo, em caso do não pagamento da obrigação de pagar no prazo de 15 dias.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA**  
**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente  
(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 10ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA - PI.**

**Processo nº: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**Requerente: RONALDO PRAZERES CUNHA**

**Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

RONALDO PRAZERES CUNHA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “*in fine*” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **INFORMAR QUE TOMOU CIÊNCIA DA DESPACHO/DECISÃO/SENTEÇA EXAURIDA NOS AUTOS NÃO TENDO NADA A MANIFESTAR-SE SOBRE A MESMA.**

Desta forma requer o prosseguimento normal da presente demanda, com a pratica de todos os atos processuais pertinentes, para que produza todos os seus efeitos.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 02 de setembro de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA Nº 0646/2019**

**1 RELATÓRIO**

Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença de Indenização de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por RONALDO PRAZERES CUNHA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, ambos individualizados na peça inicial.

Aduz, em suma, que sofreu grave acidente de trânsito aos 07/11/2017 que ocasionou sua invalidez permanente, com fraturas na região do membro superior direito (mão e punho) e membro superior esquerdo (rádio, clavícula e ombro).

Sustenta que recebeu na via administrativa a quantia de R\$ 6.412,50 e requer a indenização que reputa devida com base na Lei nº 6.194/74, no montante integral de R\$ 7.087,50.

Juntou documentos (ID's 4439827-4439846).

Designou-se audiência de conciliação (ID 4616173), na qual deferiu-se a realização de prova pericial, concedendo-se às partes o prazo de 05 dias para manifestação acerca do laudo (ID 5026531).

A demandada ofertou contestação arguindo preliminar de inépcia da inicial. No mérito sustenta a ausência de boletim de primeiro atendimento médico e de laudo do IML quantificando a lesão. Assevera a ausência de cobertura do seguro e a validade do pagamento realizado na esfera administrativa.

Discorre, ainda, sobre o valor indenizável, impossibilidade de inversão do ônus da prova, honorários advocatícios, o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária.

Requer a improcedência dos pleitos autorais (ID 4939259).



Juntou documentos (ID's 4939261-4939278).

Foi realizada a perícia médica na parte autora, concluindo-se pela invalidez parcial permanente na mão esquerda em grau intenso (75%) e polegar direito em grau médio (50%) decorrente do acidente relatado (ID 5797807).

As partes apresentaram manifestação ao laudo pericial (ID' 5753211 e 6072824).

Sucinto relatório.

Decido.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO**

O presente feito comporta julgamento na fase em que se encontra, uma vez que já foram produzidas todas as provas necessárias para a compreensão do tema.

### **2.1 DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO**

A parte suplicada sustenta que o autor não apresentou boletim de primeiro atendimento, inviabilizando a constatação da veracidade de suas alegações.

Entendo que a preliminar não se sustenta, uma vez que o aludido documento não é essencial para a propositura de ação de cobrança de seguro DPVAT, mormente a considerar a produção de prova pericial que permite a constatação da alegada invalidez.

Dessa forma, rejeito a preliminar em tela.

### **2.2 DO MÉRITO**

#### **2.2.1 DA TESE DE AUSÊNCIA DE COBERTURA PELA INADIMPLÊNCIA DO SEGURO DPVAT**

Não merece prosperar a alegação de que, ante a inadimplência do prêmio do seguro pelo proprietário, falece ao autor o direito ao recebimento da indenização securitária.

É que a Lei de regência do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74) estabelece que mesmo em casos de seguro não realizado ou vencido, a indenização securitária é devida, de modo que a sanção pela inadimplência não consiste na negativa de cobertura, mas na cobrança, pelo consórcio de seguradoras, dos valores gastos com a indenização securitária em face do segurado inadimplente. Vejamos:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)





Ademais, a jurisprudência pátria é firme no sentido de que tal fato não obsta o pagamento da indenização do seguro DPVAT, como previsto na súmula 257 do STJ:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Logo, rejeito a tese em apreço.

## **2.2.2 DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML**

A parte suplicada sustenta que o autor não apresentou laudo do IML que comprovasse sua invalidez permanente, inviabilizando a constatação da veracidade de suas alegações.

Entendo que não assiste razão ao suplicado, pois conquanto a parte demandada afirme que somente por meio do laudo do IML seria possível estabelecer o grau de limitação do membro afetado e quantificar a indenização, a produção de prova pericial permite a constatação da alegada invalidez, devendo ser analisado o mérito da questão de acordo com a prova produzida.

## **2.2.3 DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE O PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA**

Não merece prosperar a alegação de que, tendo sido realizado o pagamento administrativo, não há mais relação jurídica a ser discutida pelas partes.

Isso porque o recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial da indenização não se traduz em renúncia, nem obsta o segurado de postular em juízo a diferença do saldo remanescente. Nesse sentido, este Egrégio Tribunal de Justiça:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEITADA. QUITAÇÃO PARCIAL. COMPLAÇÃO DEVIDA. POSSIBILIDADE. INCORRETA A INTERPRETAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO INDEXADOR. PARÂMETRO FINANCEIRO LEGAL E CONSTITUCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA VERGASTADA. 1.A seguradora sustenta a preliminar de carência de ação, por falta de interesse de agir, por ter o autor recebido administrativamente o valor da indenização. No entanto, afasto essa preliminar, tendo em vista que **o pagamento feito parcialmente na esfera administrativa não é obstáculo ao ajuizamento da ação judicial para pleitear a complação da diferença que entende devida.** Preliminar rejeitada. 2.Os autos revelam a existência de saldo devedor na quitação do seguro pleiteado junto à seguradora/recorrente. Por essa razão, o argumento da recorrente de que houve quitação da importância devida não deve prosperar, uma vez que havendo saldo remanescente é obrigação da seguradora fazer o devido pagamento ao apelado. 3. (...) (TJ-PI - AC: 200900010010501 PI , Relator: Des. Fernando Carvalho Mendes, Data de Julgamento: 23/02/2011, 1a. Câmara Especializada Cível).

Além disso, a suposta quitação diz respeito a um grau de lesão distinto do que assegura a autora ter ocorrido verdadeiramente, motivo pelo qual deve ser rejeitada a argumentação em tela.

## **2.2.4 DA INDENIZAÇÃO**



De início, merece nota que “*O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa*”, nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

Acerca do valor a ser indenizável no caso de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) para os casos de invalidez permanente, é de destacar que o acidente ocorreu quando já vigentes as alterações efetuadas pela Lei 11.945/09 em relação ao valor previsto na Lei 6.194/74 para o pagamento da indenização que se pleiteia nestes autos.

Destaco que a jurisprudência é unânime acerca da constitucionalidade da referida norma que não ofende, de modo algum, o princípio da dignidade da pessoa humana, pois apenas regrou o constante na Lei nº 6.194/74, estabelecendo o valor máximo de indenização em cada caso específico de invalidez.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECLAMO DO SEGURADO. LEI DO SEGURO DPVAT. INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. MÁCULAS INEXISTENTES. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÕES NÃO EVIDENCIADAS. "A jurisprudência desta Casa é unânime em assentar a constitucionalidade e legalidade da Lei n. 11.945/2009, por ausência de eiva a inquirar o regramento ou afronta à dispositivo (infra) constitucional. Na ausência de decisão, oriunda do Supremo Tribunal Federal, a declarar a inconstitucionalidade da lei ou de suspensão da aplicação da norma, permanece o regramento em vigor e produzindo efeitos no mundo jurídico". (TJ-SC - AC: 20140318618 Ituporanga 2014.031861-8, Relator: Odson Cardoso Filho, Data de Julgamento: 03/07/2014, Quinta Câmara de Direito Civil).

Seguro obrigatório. Inconstitucionalidade das Leis nº 11.428/07 e 11.945/09. Não verificação. Diferença de indenização. Perícia conclusiva. Medida Provisória nº 451/08 aplicável ao caso em espécie. Indenização já recebida administrativamente. Sentença mantida. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00473526820118260001 SP 0047352-68.2011.8.26.0001, Relator: Nestor Duarte, Data de Julgamento: 12/08/2015, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/08/2015).

Pois bem. O laudo pericial é conclusivo no sentido de que o autor foi acometido de invalidez parcial permanente na mão esquerda em grau intenso (75%) e no polegar direito em grau médio (50%), decorrentes do acidente relatado (ID 5797807), evidenciando o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões.

Da conjugação da tabela constante do ANEXO da Lei nº 6.194/74 com o disposto no inciso II do referido artigo, conclui-se que os valores de indenização para PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UMA DAS MÃOS varia entre R\$ 9.450,00 caso seja total (100%); R\$ 7.087,50 caso seja intensa (75%); R\$ 4.725,00 caso seja média (50%); R\$ 2.362,50 caso seja leve (25%); ou R\$945,00 caso seja residual (10%).

Já os valores para os valores de indenização para PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DEDO POLEGAR varia entre R\$ 3.375,00 caso seja total (100%); R\$ 2.531,25 caso seja intensa (75%); R\$ 1.687,50 caso seja média (50%); R\$ 843,75 caso seja leve (25%); ou R\$ 337,50 caso seja residual (10%).



Entendo ser devido ao autor o montante de R\$ 8.775,00, por ser acometido de invalidez parcial em graus e em órgãos distintos.

É que sua situação se amolda à PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UMA DAS MÃOS EM GRAU INTENSO (75%), sendo-lhe devida a quantia de R\$ 7.087,50 como consequência, e PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DEDO POLEGAR EM GRAU MÉDIO (50%), tendo como correspondência a indenização no valor de R\$ 1.687,50, nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 6.194/77.

Ante a comprovação, pela suplicada, do pagamento da quantia de R\$ 6.412,50, deve a parte suplicada ser condenada ao pagamento do montante de R\$ 2362,50, correspondente à diferença entre o valor devido e o valor pago, incidindo juros de mora de 1% a partir da citação.

### **3 DISPOSITIVO**

Em face do exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo EM PARTE PROCEDENTES os pedidos autorais para condenar a suplicada ao pagamento de R\$ 2.362,50 a título de complementação de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do pagamento a menor, incidindo juros de mora de 1% a partir da citação.

Condeno a suplicada ao pagamento de custas e despesas processuais, bem assim e honorários advocatícios de 15% sobre o valor da causa, nos termos do §2º o art. 85, §8º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

**TERESINA-PI**, 26 de agosto de 2019.

**EDSON ALVES DA SILVA**  
**Juiz de Direito da 10ª Vara Cível**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE**, nesta data, verifiquei que as manifestações de ID. 5753211 e ID. 6072824 ocorreram tempestivamente.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 23 de agosto de 2019.

**MAYARA CRISTINA SIQUEIRA LIMA**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 10ª  
VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA-PI**

**Autos do Processo nº: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**REQUERENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA**

**REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**

RONALDO PRAZERES CUNHA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, em que move contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “in fine” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, apresentar **MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL**, do Ilustre Perito **Dr. IGOR NORONHA P CALEGARI, CRM/PI 4871**, aduzindo e requerendo o que abaixo expõe:

O demandante fora intimado a comparecer no dia 12 de julho de 2019, a partir das 08:00 horas, a fim que fosse realizada perícia médica judicial, designada pelo Nobre Magistrado, com perito de sua confiança, a ser presidida nas dependências da sala de audiência desta Vara Cível.

Desta forma o requerente compareceu como assim requerido, e realizou a referida perícia, ao qual o Ilustre Perito após análise técnica e documental, concluiu que o grau de invalidez ao qual está acometido o Promovente, provocado pelo acidente de trânsito é de **75% DA MÃO ESQUERDA – INTENSA e 50% DO POLEGAR DIREITO - MÉDIA**, conforme parecer no laudo pericial id: 5797807;

Pois bem. O laudo pericial é conclusivo no sentido de que o autor foi acometido de invalidez parcial permanente na mão esquerda em grau intenso (75%) e no polegar direito em grau médio (50%), decorrentes do acidente relatado, evidenciando o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões.

Da conjugação da tabela constante do ANEXO da Lei nº 6.194/74 com o disposto no inciso II do referido artigo, conclui-se que os valores de indenização para **PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UMA MÃO** variam entre R\$ 9.450,00 caso seja total (100%); **R\$ 7.087,50 caso seja intensa (75%)**; R\$ 4.725,00 caso seja média (50%); R\$ 1.687,50 caso seja leve (25%); ou R\$ 675,00 caso seja residual (10%).

Já os valores para os valores de indenização para **QUALQUER UM DOS DEDOS DA MÃO** variam entre R\$ 1.350,00 caso seja total (100%); R\$ 1.012,50 caso seja intensa (75%); **R\$ 675,00 caso seja média (50%)**; R\$ 337,50 caso seja leve (25%); ou R\$ 135,00 caso seja residual (10%).



Com base no percentual de invalidez encontrado pelo Ilustre Perito, e analisando a tabela instituída pela MP nº: 451/2008, sendo convertida pela Lei nº: 11.945/09, verifica-se que o pagamento realizado na esfera administrativa fora pago bem a baixo do grau de invalidez apresentado, visto que a Promovente recebeu o valor de R\$: 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), sendo que o valor ao qual deveria ter recebido é de R\$: 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme valores na tabela anexa

Desta forma abatendo o valor já recebido de R\$: 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), pela via administrativa, ainda resta um valor indenizável por parte da Promovida de R\$: 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais centavos), que deverá ser imposto através de sentença, corrigido e atualizado desde a data do evento danoso.

### DA CONCLUSÃO

**EX POSITIS**, requer acolhimento da presente manifestação, levando em consideração o grau de sequela encontrado pelo ilustre perito **Dr. IGOR NORONHA P CALEGARI, CRM/PI 4871**, no percentual de **75% DA MÃO ESQUERDA – INTENSA e 50% DO POLEGAR DIREITO - MÉDIA**, o que totaliza o valor de R\$: 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), sendo abatido o valor já recebido pela via administrativa de R\$: 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), para a final julgar **PROCEDENTE** a presente demanda condenando a Promovida a diferença no valor de R\$: 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais centavos), a título de complementação de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do pagamento a menor, incidindo juros de mora de 1% a partir da citação, além de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais.

É que sua situação se amolda à **PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DE UMA MÃO EM GRAU INTENSO (75%) e DE QUALQUER UM DOS DEDOS DA MÃO EM GRAU MÉDIO (50%)**, sendo-lhe devida a quantia de R\$ 7.087,50 e R\$ 675,00, como consequência, tendo como correspondência a indenização nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 6.194/77.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 22 de agosto de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)









**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### ATO ORDINATÓRIO

Intime-se as partes , via advogado, para no prazo de 05 dias manifestarem-se sobre o laudo pericial de ID.5797806.

TERESINA-PI, 2 de agosto de 2019.

**BARTOLOMEU FERREIRA DE ALMEIDA**  
**10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE TERESINA PIAUÍ**

**Nº DO PROCESSO: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**, brasileiro, casado, perito médico legal com inscrição nº PC/PI 280.574-0, registrado no Conselho Regional de Medicina no CRM-PI sob o nº 4871, com CPF sob o nº 020.201.583-10, residente e domiciliado na Rua Farmacêutico João Carvalho nº 4344 – Santa Isabel, em Teresina/PI, CEP 64053-150, com endereço eletrônico [dr.igorcalegari@hotmail.com](mailto:dr.igorcalegari@hotmail.com), onde recebe as intimações pessoais, perito médico legista nomeado deste douto juízo, vem, através deste,

**JUNTAR LAUDO PERICIAL**

da perícia médica realizada no dia **12/07/2019**, do senhor **RONALDO PRAZERES CUNHA**, autor deste processo judicial.

**I – DOS PEDIDOS**

Em face do exposto, respeitosamente, requer-se:



**A) Que seja liberado o alvará dos honorários perícias já depositados neste douto Juízo tendo em vista que a perícia já fora realizada.**

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 29 de julho de 2019

**IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**

**PERITO MÉDICO LEGISTA**

**PC/PI 280.574-0**

**CRM-PI n° 4871**



Dr. Igor Calegari  
Perícias Médico-Legais  
Pareceres e perícias Judiciais  
Antropologia Forense

**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE INVALIDEZ PERMANENTE**

PROCESSO NÚMERO: 0805257-02.2019.8.18.0140

10. Vara cível

**INFORMAÇÕES DA VÍTIMA**

Nome completo: Ronaldo Prazeres Cunha

CPF: 474.193.853-00

Endereço: Vila Santo Afonso, Qd. 6, casa 38, Bairro Parque Brasil, Teresina  
PI

**INFORMAÇÕES DO ACIDENTE**

LOCAL: Cidade de Matoes - Av. Pública

DATA: 07/11/2019

**CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial supracitado, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Vara Cível acima mencionada

x Ronaldo Prazeres Cunha

Assinatura da Vítima

Teresina-PI 12/07/2019

Local e data

1

Scanned with CamScanner



AVALIAÇÃO MÉDICA

- I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ (X)

( )

1-SIM

2- NÃO

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

- II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Mão Esquerda

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

1- ☒ limitação de amplitude de movimento 75%

2- ( ) perda de força \_\_\_\_%

3- ( ) hemiparesia

4- ( ) perda ou inutilização de membro ou estrutura: \_\_\_\_\_

5- ( ) deformidade

OBSERVAÇÕES \_\_\_\_\_

- III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( )

☒ (X)

1- SIM

2- NÃO

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Dr. Igor Noronha P. Calegari  
Médico  
CRM-MA 68355 CRM-PI 4871



IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

( )

(X)

1- Disfunções temporárias

2- Dano anatômico e/ou funcional definitivo

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Limitação de amplitude de  
movimento de mão Esquerda

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário  
exame complementar?

( )

(X)

1-Sim, em que prazo:

2-Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NAO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

1 - ( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

2 - (X) - Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

1-( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

2-(X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

Dr. Igor Noronha P. Calegari  
Médico  
CRM-MA 6834/GRM-PI 4871

3






**Dr. Igor Calegari**  
 Perícias Médico-Legais  
 Pareceres e perícias Judiciais  
 Antropologia Forense

Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Percentual de acometimento			
<b>1ª LESÃO:</b> Mão Esquerda	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> ( ) 75% Intensa
<b>2ª LESÃO:</b> Polgar Direito	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> ( ) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>3ª LESÃO:</b>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>4ª LESÃO:</b>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa

  
 Dra. Daniela de S. Brandão Brito  
 Médica  
 CRM-PI 4951  
 Assistente Técnico  


  
 Dr. Igor Noronha P. Calegari  
 Médico  
 CRM-MA 6835 CRM-PI 4871  
 Dr. Igor Noronha Pereira Calegari  
 Perito Médico-Legal  
 Perícias Judiciais  
 CRM-PI 4871  
 CRM-MA 6835









EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08052570220198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONALDO PRAZERES CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Em sede administrativa foi apurada lesão conforme laudo abaixo:

PARECER				
<b>Diagnóstico:</b>	TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO COM HEMATOMA SUBGALEAL. FRATURA DE RÁDIO E ULNA DISTAIS ESQUERDOS. FRATURA DE 1º METACARPO DA MÃO DIREITA.			
<b>Descrição do exame médico pericial:</b>	VÍTIMA APRESENTA DIMINUIÇÃO DOS MOVIMENTOS DE FLEXO-EXTENSÃO (ADM EM 10º) E PRONO-SUPINAÇÃO (ADM EM 60º) DO PUNHO ESQUERDO, COM IMPORTANTE DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR E TREMORES ESSENCIAIS NA REFERIDA MÃO, COM SINAIS DE HIPOTROFIA MUSCULAR NO MEMBROS SUPERIOR ESQUERDO (DIÂMETRO DO ANTEBRAÇO ESQUERDO 4 CM MENOS QUE O CONTRALATERAL). NO POLEGAR DIREITO, OBSERVA-SE DIMINUIÇÃO MODERADA DOS MOVIMENTOS DA FLEXO-EXTENSÃO DA ARTICULAÇÃO METACARPOFALANGEANA.			
<b>Resultados terapêuticos:</b>	TRATAMENTO CIRÚRGICO COM IMPLANTE DE FIXAÇÃO METÁLICA. REALIZOU FISIOTERAPIA.			
<b>Sequelas permanentes:</b>	Limitação funcional do 1º quirodáctilo direito, Limitação funcional do membro superior esquerdo			
<b>Sequelas:</b>	Com sequela			
<b>Data da perícia:</b>	23/08/2018			
<b>Conduta mantida:</b>				
<b>Observações:</b>	Nota do revisor: ratificamos o percentual de indenização estabelecido pelo examinador. Procedida avaliação médica na cidade de Teresina.			
<b>Médico examinador:</b>	Ismar Aguiar Marques Filho			
<b>CRM do médico:</b>	3165			
<b>UF do CRM do médico:</b>	PI			
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Dedos Polegar com metacarpo-Perda completa da mobilidade de um dos dedos polegar com metacarpo	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
		<b>Total</b>	<b>47,5 %</b>	<b>R\$ 6.412,50</b>

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Na fase probatória, foi produzido laudo conforme trecho que segue:

Segmento anatômico	Percentual de acometimento			
1ª LESÃO: Mão Esquerda	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª LESÃO: Polegar Direito	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	( ) 75% Intensa
3ª LESÃO:	( )	( )	( )	( )

Ocorre que, não se mostra crível, nem verossímil, que o autor venha apresentar um agravamento da lesão vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa.

Digno de destaque todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do agravamento tardio da invalidez, razão pela qual espera que seja a demanda julgada improcedente.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 6.412,50 (seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

## BANCO DO BRASIL

### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/08/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 6.412,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00044-2

CONTA: 000000081407-5

Nr. da Autenticação 53D5152C6A1369D2

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 23/07/2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	27/08/2018
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	6.412,50
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00044-2

CONTA: 000000081407-5

---

---

Nr. da Autenticação 53D5152C6A1369D2





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **ATO ORDINATÓRIO**

(Fundamentação legal: art. 27,§ 4º do Provimento Conjunto nº 11/2016)

Intime-se a parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça de ID nº 5200259 para, querendo, fornecer novo endereço da parte Autora para fins de intimação de perícia judicial. Perícia designada para o dia 12/07/2019.

TERESINA-PI, 13 de junho de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 10ª  
VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA-PI.**

**Processo nº: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**Requerente: RONALDO PRAZERES CUNHA**

**Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**RONALDO PRAZERES CUNHA**, já qualificado nos autos do processo em epigrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **INFORMA QUE TOMOU CONHECIMENTO DO SENTENÇA/DECISÃO EXAURIDO NOS AUTOS NÃO TENDO A MANIFESTA-SE SOBRE O MESMO.**

Desta forma requer o prosseguimento normal da presente demanda, com a pratica de todos os atos processuais pertinentes, para que produza todos os seus efeitos;

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 10 de junho de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente



(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)





Juntada de honorários periciais





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08052570220198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONALDO PRAZERES CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

TERESINA, 6 de junho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PI 10201

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
1841 - OAB/PI





Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		Nº DA CONTA JUDICIAL	
0		30/05/2019		3791		600132172639	
DATA DA GUIA		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL		TIPO DE JUSTIÇA	
29/05/2019		08052570220198180140		TRIBUNAL DE JUSTICA		ESTADUAL	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
TERESINA		10 VARA CIVEL		RÉU		200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ			
		Jurídico					
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ			
RONALDO PRAZERES CUNHA		Física				47419385300	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
8B7B8771641B1044							





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, S/N, Fórum Cível e Criminal Des. Joaquim de Sousa Neto, Térreo, Cabral,  
TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, faço juntada da certidão referente à diligência por mim realizada em cumprimento ao mandado extraído dos autos nº 0805257-02.2019.8.18.0140.

Teresina-PI, 29 de maio de 2019.

JOSIANE GIL DA SILVA  
Oficial(a) de Justiça



Successfully created



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE  
TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0805257-02.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Seguro]  
AUTOR: RONALDO PRAZERES CUNHA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

**QUALIFICAÇÃO DA PARTE: RONALDO PRAZERES CUNHA**, brasileiro, casado, cobrador, inscrito no CPF nº 474.193.853-00, residente e domiciliado na Vila Santo Afonso, Quadra G, Casa 38, Bairro Parque Brasil, Teresina/PI.

**FINALIDADE:** INTIMAÇÃO da parte acima qualificada QUE TENDO EM VISTA A CERTIDÃO CARTORÁRIA DE ID.5109948, NA QUAL O SENHOR PERITO JUDICIAL REDESIGNOU PARA O DIA 12/07/2019 A PERICIA JUDICIAL, ANTERIORMENTE, DESIGNADA PARA O DIA 28/06/2019, PARA COMPARECER À REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL RELATIVO AO PROCESSO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, A SER REALIZADO NO DIA 12 DE JULHO DE 2019, A PARTIR DAS 13 HORAS, NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA 10ª VARA CÍVEL/SALA DO IML, SITO NO FORUM DES. JOAQUIM DE SOUSA NETO, RUA GOVERNADOR TIBERIO NUNES, BAIRRO CABRAL, TERESINA-PI. DEVENDO A PARTE A SER SUBMETIDA AO EXAME PERICIAL TRAZER CONSIGO DOCUMENTOS PESSOAIS E PRONTUÁRIOS.

**ANEXOS:** Despacho.

TERESINA-PI, 21 de maio de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina

CIENTE: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2019

**INTIMADO**

22/05/2019 10:56





Assinado eletronicamente por: **LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**

21/05/2019 16:49:48

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 5110832



19052116494786600000004900958

imprimir

## C E R T I D ã O

Certifico que me dirigi ao bairro indicado e estando lá no dia 24/05 às 13:24h, DEIXEI DE INTIMAR pessoalmente RONALDO PRAZERES CUNHA, porque não localizei o nº 38 na quadra "G". Dou Fé.

Teresina(PI), 24 de maio de 2019

**JOSIANE GIL DA SILVA**  
Oficiala de Justiça e Avaliadora





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE  
TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0805257-02.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Seguro]  
AUTOR: RONALDO PRAZERES CUNHA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

**QUALIFICAÇÃO DA PARTE: RONALDO PRAZERES CUNHA**, brasileiro, casado, cobrador, inscrito no CPF nº 474.193.853-00, residente e domiciliado na Vila Santo Afonso, Quadra G, Casa 38, Bairro Parque Brasil, Teresina/PI.

**FINALIDADE:** INTIMAÇÃO da parte acima qualificada QUE TENDO EM VISTA A CERTIDÃO CARTORÁRIA DE ID.5109948, NA QUAL O SENHOR PERITO JUDICIAL REDESIGNOU PARA O DIA 12/07/2019 A PERICIA JUDICIAL, ANTERIORMENTE, DESIGNADA PARA O DIA 28/06/2019, PARA COMPARECER À REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL RELATIVO AO PROCESSO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, A SER REALIZADO NO DIA 12 DE JULHO DE 2019, A PARTIR DAS 13 HORAS, NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA 10ª VARA CÍVEL/SALA DO IML, SITO NO FORUM DES. JOAQUIM DE SOUSA NETO, RUA GOVERNADOR TIBÉRIO NUNES, BAIRRO CABRAL, TERESINA-PI. DEVENDO A PARTE A SER SUBMETIDA AO EXAME PERICIAL TRAZER CONSIGO DOCUMENTOS PESSOAIS E PRONTUÁRIOS.

**ANEXOS:** Despacho.

TERESINA-PI, 21 de maio de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina

CIENTE: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019

**INTIMADO**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE  
TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0805257-02.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Seguro]  
AUTOR: RONALDO PRAZERES CUNHA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: art. 27, § 4º do Provimento Conjunto nº 11/2016)

TENDO EM VISTA A CERTIDÃO CARTORÁRIA DE ID.5109948, NA QUAL O SENHOR PERITO JUDICIAL REDESIGNOU PARA O DIA 12/07/2019 A PERICIA JUDICIAL, ANTERIORMENTE, DESIGNADA PARA O DIA 28/06/2019, INTIME-SE AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS BASTANTES PROCURADORES, PARA COMPARECEREM À REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL RELATIVO AO PROCESSO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, A SER REALIZADO NO DIA 12 DE JULHO DE 2019, A PARTIR DAS 13 HORAS, NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DA 10ª VARA CÍVEL/SALA DO IML, SITO NO FORUM DES. JOAQUIM DE SOUSA NETO, RUA GOVERNADOR TIBÉRIO NUNES, BAIRRO CABRAL, TERESINA-PI. DEVENDO A PARTE A SER SUBMETIDA AO EXAME PERICIAL TRAZER CONSIGO DOCUMENTOS PESSOAIS E PRONTUÁRIOS.

TERESINA-PI, 21 de maio de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
10ª Vara Cível da Comarca de Teresina









**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Seguro]  
**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE**, nesta data, o Senhor Perito Judicial nomeado compareceu nesta Unidade Judiciária e sendo afirmou que no dia 28 de junho próximo futuro terá que proceder a uma exumação cadavérica previamente agendada, impossibilitando-o, portanto, de comparecer à pericia judicial na data supra. Certifico, outrossim, que o referido perito judicial, neste ato, redesignou para o dia 12 de julho de 2019, a partir das 13:00 horas, no mesmo local, para a realização da pericia judicial em comento.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 21 de maio de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



Segue em anexo petição de quesitos.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08052570220198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONALDO PRAZERES CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 16 de maio de 2019.

**JOÃO BARBOSA**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO  
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 17/05/2019 16:57:22  
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051716572200300000004870913>  
Número do documento: 19051716572200300000004870913

Num. 5079071 - Pág. 2



---

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Seguro]  
**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, faço juntada da ata de audiência realizada.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 14 de maio de 2019.

**ALEXANDRE EULALIO DE PADUA**  
**Analista Judiciário**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA  
FÓRUM CÍVEL E CRIMINAL "DES. JOAQUIM DE SOUSA NETO"  
Rua Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, CEP 64000-830 – Teresina/PI  
e-mail: sec.10varacivel@tjpi.jus.br – Fone: (86) 3230-7800

**ATA DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO Nº 0085/2019**

**PROCESSO Nº: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

**AUTOR: RONALDO PRAZERES CUNHA**

**RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Aos 13 (treze) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10h30min, na sala das audiências da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina, presente o MM. Juiz de Direito da referida Vara, Dr. EDSON ALVES DA SILVA, comigo, Mediador/Conciliador Alexandre Eulálio de Pádua, adiante nominado e no final assinado, declarada aberta a **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** e feito o pregão, compareceram as partes: o autor, **RONALDO PRAZERES CUNHA**, fone: (86) 99484 6272, acompanhado de seu advogado Dr. JOSÉ FRANCISCO PROCEDÔMIO DA SILVA, inscrito na OAB/PI, sob o nº 12.813; e a suplicada, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, representada por seu advogado, Dr. DANILO RIBEIRO CARVALHO, inscrito na OAB/PI, sob o Nº 8697.

**I – INÍCIO DOS TRABALHOS DA AUDIÊNCIA:**

**II – PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO:** O MM. Juiz explicitou a vantagem da solução consensual para o litígio, contudo, não obteve êxito. Ato contínuo, o MM. Juiz abriu o prazo de 15 (quinze) dias para réplica. Em seguida, O MM Juiz determinou:

01 – O processo está em ordem, de forma que o declaro saneado. As alegações preliminares da contestação encerram matéria cujo deslinde deve ser antecedido de concessão de oportunidade de produção de provas que ainda não se encontram no processo, de forma que a apreciação da matéria preliminar será realizada na sentença.

02 – Em análise aos autos, extrai-se que o objeto da lide está relacionado à existência de danos físicos decorrentes de acidente automobilístico, cuja comprovação de grau e natureza indubitavelmente depende de prova técnica, razão pela defiro a realização de perícia médica pleiteada pelas partes, a fim de se aferir a existência ou não de incapacidade total ou parcial no(a) suplicante em decorrência do acidente que alegou sofrer.

03 – Objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico legista Dr. **IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**, inscrito no CRM Nº 4871, que deverá ser intimado para dizer se aceita e cumprir o encargo que lhe foi atribuído, independentemente de termo de compromisso (art. 422 do CPC).

04- Considerando o que o referido perito já realizou várias perícias nesse sentido, designo para o dia 28 de junho de 2019, às 13:00 horas na sala de audiências desta Vara e/ou sala do IML localizada no subsolo deste Fórum para a realização do exame pericial em comento, intimando-se a parte autora para comparecimento e ciência dos advogados e assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão acompanhar a sua materialização.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA  
FÓRUM CÍVEL E CRIMINAL "DES. JOAQUIM DE SOUSA NETO"  
Rua Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, CEP 64000-830 – Teresina/PI  
e-mail: sec.10varacivel@tjpi.jus.br – Fone: (86) 3230-7800

05 – Em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais). No ponto, é de notar que se trata de ato essencial e indispensável à resolução da lide, portanto, de interesse das partes. Ainda nesta quadra, há notícias de que, em situação dessa mesma natureza, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS já firmou convênio com Tribunais pátrios, assumindo tal ônus financeiro, inclusive com o e. TJ/PI.

06 – Intime-se a suplicada para, em 10 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

07 – Igualmente, as partes já saem intimadas para, no prazo de 15 dias, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, se entenderem necessários.

Concluída a perícia em debate, intinem-se as partes, por seus advogados e via DJ-PI, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestarem-se sobre o laudo em apreço.

Nada mais. Lido e achado conforme. Do que, para constar, lavrou-se o presente termo, que vai devidamente assinado.

Juiz de Direito:

Autor

*Ronaldo Pires Lima*

Advogado do autor

*Ronaldo Pires Lima*

Advogado da suplicada

Mediador/Conciliador





Segue em anexo Contestação e documentos.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08052570220198180140

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONALDO PRAZERES CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/11/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **04/01/2018**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 6.412,50 (seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação se afigura totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DA INÉPCIA DA INICIAL**

#### **DA AUSÊNCIA DO BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO**

Inicialmente cumpre informar que a petição inicial apresentada pelo autor não está apta a gerar efeitos, vez que não foi instruída com os documentos essenciais à propositura da ação.

O autor não acostou o boletim de primeiro atendimento médico, documento essencial para comprovar o nexo causal do acidente, impossibilitando a elaboração da defesa.

Não se pode olvidar acerca da existência de requisitos formais para o ajuizamento de qualquer demanda, os quais são tradicionalmente denominados na praxe forense de requisitos da petição inicial, estes elencados no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, que pedimos escusas para transcrever, senão vejamos:

***“Art. 319. A petição inicial indicará:***

***I - O juiz ou tribunal, a que é dirigida;***

***II - Os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;***

***III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;***

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



*IV - o pedido, com as suas especificações;*

*V - o valor da causa;*

*VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;*

*VII - o requerimento para a citação do réu.”*

Em prosseguimento, cumpre salientar o disposto no art. 330, I e parágrafo primeiro, Novo Código de Processo Civil, *ipsis literis*:

**“Art. 330. A petição inicial será indeferida:**

***I - quando for inepta; (...)***

***Parágrafo primeiro. Considera-se inepta a petição inicial quando***

***I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;***

***II – o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;***

***III – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;***

***VI – contiver pedidos incompatíveis (...).”***

Merece destaque, portanto, o disposto no art. 485, I, do Código de Processo Civil. Vejamos:

**“Art. 485. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:**

***I - quando o juiz indeferir a petição inicial; (...);”***

Desta forma, se faz impossível o pleno direito de defesa e contraditório, visto a comprovada omissão do autor com relação aos fatos narrado e o fato desta não ter colacionado aos autos documentos exigíveis a propositura da demanda.

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito Autoral, devendo acarretar a extinção do feito, sem resolução do mérito, conforme disposto no artigo 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil, combinado com artigo 330, inciso I, e parágrafo primeiro, do mesmo diploma legal.

## **DO MÉRITO**

### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015, a saber:

A imagem mostra duas telas do site do Seguro DPVAT. A tela superior, intitulada "Consulta a Pagamentos Efetuados", apresenta uma barra de navegação com links como "Recomeço", "Perguntas Frequentes", "Chat", "Portal da Integridade", "Ouvidoria", "Canal de Denúncias", "Blog" e um campo de busca. Abaixo, há uma seção "ACESSIBILIDADE" com ícones para diferentes tipos de deficiência. O conteúdo principal mostra uma busca por placa "OUA6010 UF: PI" e categoria "09\*", resultando em uma tabela de pagamentos. A tabela tem colunas: Exercício, Valor Pago, Situação e Declaração de Pagamento. Os dados mostram pagamentos realizados em 2013, 2014, 2015, 2016 e 2018, todos com o valor de R\$185,50 e situação "Quitado". A tela inferior, intitulada "Calendário de pagamento", também possui uma barra de navegação e uma seção "ACESSIBILIDADE". O conteúdo principal apresenta uma seleção de opções para acessar o calendário de pagamento, com campos para Exercício (2017), UF (PI), Final da Placa (0) e Categoria (9). Abaixo, há uma explicação sobre o prêmio do Seguro DPVAT e uma tabela de vencimento. A tabela de vencimento tem colunas: Final da Placa, IPVA (COTA ÚNICA), Com Desconto?, DPVAT e Licenciamento. Os dados mostram o vencimento do IPVA em 31/10/2017 e do DPVAT em 31/10/2017.

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2018	R\$185,50	Quitado	
2017	R\$185,50	Quitado	
2016	R\$292,01	Quitado	
2015	R\$292,01	Quitado	
2014	R\$292,01	Quitado	
2013	R\$148,08	Quitado	

Final da Placa	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
0	31/10/2017	SIM	31/10/2017	31/10/2017

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>x</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 6.412,50 (seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado se encontra de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.



Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(…) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 6.412,50 (seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 04/11/2017. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 6.412,50 (seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 6.412,50 (SEIS MIL E QUATROCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).





Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Seja apreciada a preliminar de inépcia da inicial para a extinção da demanda sem resolução do mérito.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ, para apuração do quantum.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

---

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>8</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito sob o nº **1841/PI**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 3 de maio de 2019.

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

#### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob n.º 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RONALDO PRAZERES CUNHA**, em curso perante a 10ª **VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08052570220198180140.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180277681 **Cidade:** Matões **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** RONALDO PRAZERES CUNHA **Data do acidente:** 07/11/2017 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO COM HEMATOMA SUBGALEAL.  
FRATURA DE RADIO E ULNA DISTAIS ESQUERDOS.  
FRATURA DE 1º METACARPO DA MÃO DIREITA.

**Descrição do exame médico pericial:** VÍTIMA APRESENTA DIMINUIÇÃO DOS MOVIMENTOS DE FLEXO-EXTENSÃO (ADM EM 10º) E PRONO-SUPINAÇÃO (ADM EM 60º) DO PUNHO ESQUERDO, COM IMPORTANTE DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR E TREMORES ESSENCIAIS NA REFERIDA MÃO, COM SINAIS DE HIPOTROFIA MUSCULAR NO MEMBROS SUPERIOR ESQUERDO (DIÂMETRO DO ANTEBRAÇO ESQUERDO 4 CM MENOS QUE O CONTRALATERAL). NO POLEGAR DIREITO, OBSERVA-SE DIMINUIÇÃO MODERADA DOS MOVIMENTOS DA FLEXO-EXTENSÃO DA ARTICULAÇÃO METACARPOFALANGEANA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO COM IMPLANTE DE FIXAÇÃO METÁLICA. REALIZOU FISIOTERAPIA.

**Sequelas permanentes:** Limitação funcional do 1º quirodáctilo direito, Limitação funcional do membro superior esquerdo

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 23/08/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** Nota do revisor: ratificamos o percentual de indenização estabelecido pelo examinador.  
Procedida avaliação médica na cidade de Teresina.

**Médico examinador:** Ismar Aguiar Marques Filho

**CRM do médico:** 3165

**UF do CRM do médico:** PI

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Dedos Polegar com metacarpo-Perda completa da mobilidade de um dos dedos polegar com metacarpo	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			47,5 %	R\$ 6.412,50



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

**Médico revisor:** SILVIO SZTRAJTMAN

**CRM do médico:** 40115

**UF do CRM do médico:** SP

**Assinatura do médico:**



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/08/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 6.412,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00044-2

CONTA: 000000081407-5

---

---

Nr. da Autenticação 53D5152C6A1369D2



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

474.193.853-00

Nome completo da vítima

Ronaldo Prazeres Cunha

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	CPF titular da conta	Profissão
Ronaldo Prazeres Cunha	474.193.853-00	Coheador
Endereço	Número	Complemento
Vila Santo Afonso a 5	38	
Bairro	Cidade	Estado
Vila Santo Afonso	Teresina	Rio de Janeiro
Email	CEP	Telefone (DDD)
	64.005-010	86199982-3093

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECLUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ **CONTA POUPANÇA** (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)  
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO. D/V CONTA NRO. D/V  
     
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

☒ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

BANCO NOME NRO  
Banco do Brasil 001  
AGÊNCIA NRO. D/V CONTA NRO. D/V  
0000 2 81407 5  
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Teresina, 12 de Junho de 18  
Local e Data

Ronaldo Prazeres Cunha

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina - PI



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
12/06/2018 AUTO-ATENDIMENTO 11.21.15  
839774043

SALDO DE CONTA CORRENTE  
PARA SIMPLES CONFERENCIA

CLIENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA  
AGENCIA: 0044-2 81.407-5

SALDO

LIM 150 DISPONIVEL  
JUROS IOF  
TX.CH.ESP.CLASSIC 11,82% VENCIMENTO 30.11.2018  
QTDE DIAS CHQ ESP

===== BOMPRATODOS =====  
Taxa Maxima Conta Especial:12,49% P/voce: 11,82%  
Reducao nas taxas de Juros e aumento no credito.  
Banco do Brasil. BOMPRATODOS

Linhas de Credito Credito\*  
----- Financiamentos de Bens/Servicos -----

BB Crediario/Construcao  
\*VALORES DE REFERENCIA. Representam as melhores  
ofertas para voc e estao sujeitas a confirmacao  
no momento da contratacao.

Leia no verso como conservar este documento,  
entre outras informacoes.



DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
  
16 JUN 2018  
  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina - PI



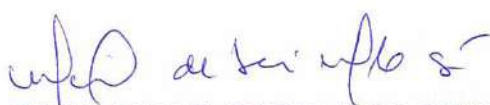
### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADERCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURUS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**  
**OAB/RJ 135.132**






## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º</b> Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firme Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9900	ADB2B69D 08B674
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia TIFUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56891 HCL, EOLP-56892 GRS		
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
Paula Cristina A. D. Gaspar  
3.96 Escrevente  
OAB 40062 série 09077 ME  
Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

**Tipo turístico**

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

### NP.4a. Protoccolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Último Arguimento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
JUNTA	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**


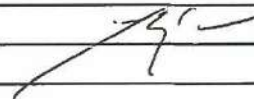
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 03/05/2019 17:22:59

<https://tjpi.pje.ius.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190503172258653000000004739511>

Número do documento: 19050317225865300000004739511

Num. 4939274 - Pág. 4



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 3/13




Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures and initials.*

<p><b>Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro</b>          Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A          NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018          CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.          Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8          Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a>, informe o nº de protocolo. <span style="float: right;">Pag. 4/13</span></p>	 <p><b>JUCERJA</b>          o seu direito digitalmente</p>
--	---





**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pág. 5/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5EBCF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 03/05/2019 17:22:59

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050317225865300000004739511>

Número do documento: 19050317225865300000004739511

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 10/13	





## RETIFICAÇÃO

PAULO DOS SANTOS

Ministério da Indústria,  
Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Art. 4.º (Novas disposições, no art. 4.º da Portaria Inmetro nº 16/2016, os seguintes parágrafos:

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

## CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 7, DE 22 JANEIRO, DE 2019

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de

metodologia, Normalização e Qualidade Industrial (Immetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1 alínea "b" da mencionada resolução metrológica.

De acordo com o Regulamento Técnico Matutário, os

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 023/93 e pela Portaria Inmetro n.º 52/2014:

E considerando o constante do Processo Inscrito n.º 52400.1009971/2017 e do Sistema Orçamentário n.º 892073, resolve:

Aprovar a família de modelos Prime PHR de bomba medidora para combustíveis líquidos, marca Gilbarco Veeder Root.

PAULO DOS SANTOS

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam>.

PAULO DOS SANTOS

RAIMUNDO ALVES DE BEZENDE

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DENT), com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico nº 1, de Tarifa, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, da Mercosul (CPI-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser enviadas ao DENTP por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 10063-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número da Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do roteiro anexo, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço <http://www.mdic.gov.br/fm>.

REPOSITÓRIO/inter/dict/kygcam/PEC\_2017/inter-de-contestacao.doc. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 3027-3733 e 3027-7228 ou pelo endereço de e-mail: [conteste@tjdf.jus.br](mailto:conteste@tjdf.jus.br).  
 CT19@mdc.gov.br.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio de endereço eletrônico <http://www.mdc.gov.br/inter-de-contestacao> (situação de comércio eletrônico) e/ou através de:

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos indicados em nome da CTE, o(s) manifestar(ão) a respeito, dentro de prazos estabelecidos, a esta Secretaria, mediante o procedimento aqui previsto.

1. Caso haja, posteriormente, alguma devida manifestação por técnicos em homeopatia do C-1, eventuais manifestações a respeito devem ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO				
SITUAÇÃO ATUAL -		SITUAÇÃO PROPOSTA		
2917.20.00	+ Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cícloperínicos, seus anídridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2	2917.20	Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cícloperínicos, seus anídridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
			2917.20.1	Entres de ácidos policarboxílicos cíclicos
			2917.20.13	Ciclohexaneno de dióxido
			2917.20.85	Outros
				Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atom/uidade.html>, pelo código 00012015012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13



**JUCE**  
Professional Digital Audio Software





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º**– A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F.S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996509

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwenger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Burwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284798  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 0000295803 - 11/10/2016






## CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74,5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO(A)

ANA CÉLIA BENVINDO ROCHA MARTNS -CPF 687 827 483 49, AIRLA MEIRELES MELO -CPF 076.123.843-37, ALANA SOARES GOMES Rg 4.060.599 CPF 074.060.463-59, ALISSANDRA SUIME DA SILVA SOUSA -CPF 056.843.563-03, ANA CAROLINA DE SOUSA -CPF 073.877.223-23, ANA CLARA FREITAS BRITO SILVA -CPF 065 778 053-77, ANA PAULA DO NASCIMENTO SILVEIRA DE AZEVEDO -RG 1.194.917 SSP-PI, ANDERSON RAFAEL LEAL BRITO -CPF 030.189.913-46, ANDREIA VANDRESSA DE SOUSA SILVA -CPF 016.386.953-77, ANDRE LIMA EULALIO -CPF 038.451.883-40, ANLY GONÇALVES FERRAZ COSTA -CPF 006.049.263-59, ARLTON LEMOS DE SOUSA -CPF 789.681.603-25, BARBARA PRISCILA DA SILVA -CPF 002.407.753-41, BIANCA CONSTANCIO DAMASCENO -CPF 043.488.833-86, CARLA RENATA FERNANDES DE MELO -CPF 061.616.273-10, CARLOS EDUARDO RODRIGUES LIMA CAVALCANTE -CPF 014.594.843-98, CARLOS RAFAEL SANTOS OLIVEIRA DA SILVA -CPF 028.941.513-65, CARLOS RAFAEL CUNHA -CPF 600.002.863-62, CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA -CPF 041.639.933-98, CHARLANA PAULA MARTINS DA SILVA -CPF 065.480.643-80, CÍNTIA PATROCÍNIO DA SILVA -CPF 057.833.283-32, CLEONICE FERNANDES MAIA -CPF 915.014.233-05, CLEUDEVALDO GONCALVES DOS SANTOS -CPF 047.800.203-36, CLAUDENEIDE MOREIRA DA SILVA -CPF 714.730.173-00 RG-1.446.289, DANILO RIBEIRO CARVALHO CPF 026.483.053-94, DEUSDEDITH GUERRA DE FREITAS NETO -CPF 997.477.663-53, DIEGO MORAIS COSTA -CPF 035.773.343-63, EMANUEL DIAS DA SILVA -CPF 046.378.843-57, EMANUEL MESSIAS DA ROCHA VIANA -CPF 551.923.943-68, FABRICIA DE OLIVEIRA FONTENELE -CPF 019.399.272-66, FERNANDO GARCIA ARAÚJO -CPF 167.398.887-36, FERNANDO DA ROCHA E SILVA -CPF 020 976 073-73, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA -CPF 047.556.643-22, FRANCISCO GUILHERME RAMOS NOELTO CPF: 022.632.013-86, FRANCISCO MARQUES DA SILVA -CPF 077.093.743-87, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR -CPF 892.947.773-91, FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO -RG 2.578.463 SSP-PI, FRANCISCO RIGONE SILVA CARNEIRO -CPF 048.865.593-52, FRANCISCO WASHINGTON DE ARAUJO ROCHA -CPF 039.247.113-21, HELDER JOSÉ BRITO DOS SANTOS -CPF 762.043.083-00, GLIMARIO RIBEIRO DE ALMEIDA -CPF 008.696.703-79, IGOR VINICIUS DE ARAUJO MESQUITA -CPF 058.106.803-02, IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA -CPF 04787823302, ÍTALO JOSÉ ALVES DE CARVALHO -CPF 050.487.713-54, ÍTALO SÁRVIO LIMA FEITOSA -CPF 067.422.233-40, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO CPF 068.003.243-61 RG 3.753.880, JOICE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24 RG 3.532.415 JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO - CPF 068.003243-61 E RG 3.753.880, JACKSON DOUGLAS DE ARAUJO SOUSA -CPF 022.146.833-13, JAYNE VANESSA DA SILVA -CPF 060.307.993-80, JÉSSICA OLIVEIRA SOUSA -CPF 039.905.963-65 JEFFERSON FELIPE FREITAS DIAS -CPF 063.147.983-02 JEFFERSON LUIS DE ARAUJO NASCIMENTO -CPF 057.167.833-50, JOICE RAMOS CERQUEIRA -CPF 004.741.733-13, JOYCE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24, JOSÉ VITOR VILARINHO BRITO CPF 065.049.933-60, KARINE SOARES DO NASCIMENTO -CPF 067.466.793-06, KLEBER LOPES DA SILVA -CPF 338.618.383-20, LANA MARIA RAMOS NOLETO ESMERALDO -CPF 338.682.633-49, LUCIANNY DA CUNHA LOPES -CPF 018.910.263-21, LAURA DA SILVEIRA AZEVEDO PESSOA -CPF 026.652.853-80, LUCAS EMANUEL FREIRE GOMES -CPF 035.419.333-30, LUIZ GONZAGA DE MACEDO FILHO -CPF 389.755.838-69, LUIZ GONZAGA ARAUJO JUNIOR -CPF 063.067.553-81, LUIZ CESAR DE OLIVEIRA -CPF 076.671.803-42, LUIZ CARLOS LIMA JUNIOR -RG 3.220.411, -CPF 059.355.003-02, MARCELO NUNES LIMA -CPF 908.161.453-34, MARILENE GOMES CELESTINO -CPF 907.534.451 - 15, MARIA JONISLEIA DE DEUS -CPF 045 758 613-32 / RG 3.123 660, MARIA RAIANNY CARVALHO DOS REIS -CPF 046.734.233.-48 / RG 3.395.771, MARC BURNIE DE SOUSA ALVES FERREIRA -CPF 035.966.653-10, MARCIONE DA SILVA SANTOS -CPF 038.274.383-06, MATUSALEM BRITO VIEIRA BORGES -CPF 039.322.933-08, MATHEUS CARVALHO ARAUJO -CPF 066.779.193-07, MIRELE SUELEN MARTINS GREGÓRIO -CPF 059.304.033-33, OLAVO ALVES LOPES -CPF 071.470.523-31 RG 3.510.782, PATRÍCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO -CPF 050.145.183-89, PRISCILA BIANCA MORAES DOS SANTOS -CPF 064.859.673-70, RAFAELA DA SILVA LUSTOZA MARQUES. CPF : 032.345.633-22 e RG: 3.408.844, RAFAELA MATOS PORTELA -CPF 633.327.603-00, RAQUEL MENDES BARROSO DOS SANTOS -CPF 958.995.963-68, RHANNA DE AZEVEDO SERAINE CUSTÓDIO -RG 3317903 -CPF 039.753.933-94, RAIMUNDO DA PAZ SARAIVA NETO -CPF 062.632.513-79 - RG 3.536.503, RAVENA MARIA BEZERRA VIEIRA DE ARAÚJO -CPF 028.557.193-13, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - CPF: 979.425.963-20, RUI BARBOSA DE SOUSA -CPF 872.778.323-53, SIMONE MORAIS CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR -CPF 059.533.713-15, TAYNÁ CERQUEIRA DOS SANTOS -CPF 073.433.353-67, VANUELLE FONTENELE DE SOUSA -CPF 061.765.453-07, VICTORIA KELLER DA FONSECA BESERRA -CPF 062.755.023-12 VIRGINIA AGUIAR DE ARAUJO -CPF 893.859.693-15, WANDERSON DOS SANTOS MACEDO -CPF 025.192.813-67, WALLYSON MARQUES DE SOUSA -CPF 064.022.903-43, WELLINGTON DAS NEVES SOARES -CPF 946.380.123-53, WHALLEF BERNARDES LOPES -CPF 605.022.943-02, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO -CPF 022.632.013-86

Podendo os mesmos responder nesta qualidade a todos os termos do PROCESSO Nº 08052570220198180140 que é Parte Autor (a) Srº(a) **RONALDO PRAZERES CUNHA.**, tramitando perante o(a) **10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

Teresina (PI), 03 de maio de 2019.

  
HERISSON HELDER PORTELA PINTO  
ADVOGADO OAB/PI 5367/07

  
Ednan Soares Coutinho  
OAB/PI 1841/88





**EDNAN COUTINHO**

Advogado Associado  
CNPJ: 03.571.822/0001-08

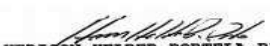
## SUBSTABELECIMENTO

O ADVOGADO DR. HERISON HELDER PORTELA PINTO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 5367/07 e EDNAN SOARES COUTINHO advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 1841/88 SUBSTABELECEM, COM RESERVA DE IGUAIS, NA PESSOA DOS ADVOGADOS (A):

ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7.734, ALEXANDRA BEZERRA DE SOUSA OAB/PI SOB O N.º 9051, ANDRESSA STERPHANNIE AMARAL DE ESCORCIO SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 14.239 AGEU ALVES DE SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 13.784, ALANA CELINA BATISTA LIMA - OAB/PI SOB O N.º 14.148, ALDEMAR SOARES LIMA JUNIOR - OAB/PI SOB O N.º 7.734 - ANDREY CARLOS SILVA SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 12.549, ANTONIA MARIELE CIRLEY MARTINS RODRIGUES - OAB/PI SOB O N.º 11583, ARTUR DA SILVA BARROS - OAB/PI SOB O N.º 13.398, ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO NETO, OAB/PI SOB O N.º 14.026, BRUNO LOPES BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 15.626, CAMILA MESQUITA BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 12.69, CAMILLA FARIAS DE C. VIEIRA- OAB/PI SOB O N.º 10688, CLODOMIR CASTRO BRAGA-OAB/PI SOB O N.º 8690, DANILO RIBEIRO CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 8.697, DENIS RIBEIRO CARVALHO OAB/PI SOB O N.º 16.621, DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA-OAB/PI SOB O N.º 10.281, EDSON RENAN DA SILVA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 9930, ELKENIELLE MENDES FEITOSA-OAB/PI SOB O N.º 4.313, FÁBIO SOARES GOMES-OAB/PI SOB O N.º 15.459, FELIPE CARVALHO DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 13.379, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR-OAB/PI SOB O N.º 11.420, FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO MADEIRA CAMPOS NETO-OAB/PI SOB O N.º 14350, FÁBIO SOARES GOMES OAB/PI SOB O N.º 15.459 FLÁVIA LETÍCIA COELHO VIANA-OAB/PI SOB O N.º 9.947, FRANCISCO GESSIÊ DA ROCHA VIANA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 9.456, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO OAB/PI SOB O N.º 12.713, GLIMÁRIO RIBEIRO DE ALMEIDA-OAB/PI SOB O N.º 14.060, HILSON CUNHA NOGUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.870, JACINTO VIEIRA DE BRITO JUNIOR OAB/PI SOB O N.º 12.570 JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR-OAB PI SOB O N.º 7722, JOSÉ FELIPE LUSTOSA DE SOUSA-OAB/PI SOB O N.º 11.260, JOSIANNE SARAIVA BARBOSA DA SILVA -OAB/PI SOB O N.º 13592, LUANA DA CUNHA LOPES-OAB/PI SOB O N.º 9.152, LUAN FERNANDES DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 16.267, LUCAS BARBOSA DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 7.994, LUIS ÂNGELO DE LIMA E SILVA-OAB/PI SOB O N.º 6.722, LURDIANA GOMES DO NASCIMENTO-OAB/PI SOB O N.º 9.878, MÁRCIA RAVENA PACHECO MARTINS MOURA-OAB/PI SOB O N.º 9.041, MATHEUS TERSANDRO DE CASTRO BRANDÃO-OAB/PI SOB O N.º 13.778, MARIANO GIL CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA -OAB/PI SOB O N.º 17.066, 17.066 MARÍLIA DIAS SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 16.412, MARIA VITÓRIA DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 9.598, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.266, MARCELO CARVALHO RODRIGUES -OAB/PI SOB O N.º 12.530, MARIANY DOS REIS ARAÚJO DE SOUSA-OAB PI SOB O N.º 15.285, MAYARA DE MOURA MARTINS-OAB PI SOB O N.º 11257, MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAÚJO NETO-OAB PI SOB O N.º 14.347, MIKHAIL DE MORAIS VERAS DA FONSECA-OAB/PI SOB O N.º 12.825, MÔNICA ROCHA LUZ -OAB/PI SOB O N.º 7.640, NÁDIA TALITA TAVARES DE SANTANA-OAB/PI SOB O N.º 13.294, PAULA ESTER PEREIRA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 11961, PAULA APARECIDA GUIMARAES COSTA SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 12.847, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17081, PAULA REGINA DE CARVALHO SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 7.839, RACHEL RODRIGUES MACHADO BARROS-OAB/PI SOB O N.º 14487, REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º OAB/PI 10.317 RICELLY LUIZ DE BRITO OLIVEIRA TRINDADE-OAB/PI SOB O N.º 13.721, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - OAB/PI 8709, ROMULO SILVA SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 10.133, SUSANA MARIA UCHÔA DE OLIVEIRA LEITE-OAB/PI SOB O N.º 7.793, TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA-OAB/PI SOB O N.º 9.106, THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS-OAB/PI SOB O N.º 7.555, UBIRACI ALMEIDA BONFIM - OAB/PI 11584, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO-OAB/PI SOB O N.º 9.640, ZULMIRA DO ESPIRITO SANTO CORREIA-OAB/PI SOB O N.º 4.385 E VALDENICE GOMES CELESTINO -OAB/PI SOB O N.º 12.112

Os poderes que lhe foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, n.º 74,5º andar, inscrita no CNPJ SOB N.º 09.248.608/0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **RONALDO PRAZERES CUNHA**, em curso perante a(o) **10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**. Nos autos do Processo N.º 08052570220198180140. Contudo - para que se produza os efeitos legais - o nome a ser registrado na capa dos autos do processo em epígrafe é do advogado - **DR. EDNAN SOARES COUTINHO - OAB/PI N.º 1841** - com endereço profissional situado na Rua Barroso, 646/N, Centro, Teresina (PI), CEP 64000-130 - devendo este ser comunicado de eventuais intimações de praxe (inclusive publicações oficiais) - **SOB PENA DE NULIDADE**.

Teresina (PI), 03 de maio de 2019.

  
HERISON HELDER PORTELA PINTO  
ADVOGADO OAB/PI 5367/07

  
Ednan Soares Coutinho  
OAB/PI 1841/88

Rua Barroso, N.º 646/N - Centro - Fone/Fax: (86) 3222.4476 / 9991.1885 - CEP: 64.000-130 - Teresina-PI



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 03/05/2019 17:22:59

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050317225929200000004739514>

Número do documento: 19050317225929200000004739514

Num. 4939277 - Pág. 1

## Substabelecimento

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 134.307, substabelece, com reserva de iguais, nas pessoas dos advogados JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629, os poderes que lhe foram conferidos pela Sociedade Seguradoras integrantes dos consórcios do seguro DPVAT, para o foro em geral, com a cláusula Ad judícia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os recursos legais para defesa dos interesses das Outorgantes, em especial os poderes para substabelecer e nomear prepostos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2014.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

OAB/RJ 134.307







**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SEGUE EM ANEXO AR.**

TERESINA-PI, 30 de abril de 2019.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





<b>Correios</b>	<b>SIGEP</b>	<b>AVISO DE ENTREGA</b>
<b>NATÁRIO:</b> TADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S A ENADOR DANTAS, n 74, 5 ANDAR DE 58 AO FIM LADO PAR 20031205 - RIO DE JANEIRO - RJ		
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA:</b> 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____		
<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> <input type="checkbox"/> Mudança <input type="checkbox"/> Perusado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Descartado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Outros _____		
<b>REMETENTE:</b> - 10ª VARA CÍVEL <b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:</b> RUA GOVERNADOR TIBÉRIO NUNES, S/N, FORUM CÍVEL E CRIMINAL CABRAL 64000-924 - TERESINA / PI <b>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO</b> - Proc: 0805257-02.2019		
<b>SEGURADORA LÍDER</b> 09 ABR 2019 BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA RG: 20.993.830-7		
<b>ASSINATURA DO RECEBEDOR</b> 09 ABR 2019 BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA RG: 20.993.830-7		
<b>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</b> BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA RG: 20.993.830-7		
<b>DATA DE ENTREGA:</b> 09/04/19 <b>Nº DOC. DE IDENTIDADE:</b>		
<b>CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA</b> 09 ABR 2019 RIO DE JANEIRO RJ		
<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b> R. Júnior 8.956.534-7		

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 10ª  
VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA-PI.**

**Processo nº: 0805257-02.2019.8.18.0140**

**Requerente: RONALDO PRAZERES CUNHA**

**Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**RONALDO PRAZERES CUNHA**, já qualificado nos autos do processo em epigrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **INFORMA QUE TOMOU CONHECIMENTO DO DESPACHO/DECISÃO EXAURIDO NOS AUTOS QUE DESIGNOU AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO NAS DEPENDENCIAS DESTA SALA PARA O DIA 13/05/2019 A PARTIR DAS 10hrs:30min, ESTANDO CIENTE DO SEU COMPROMETIMENTO EM COMPARECER A MESMA.**

Desta forma requer o prosseguimento normal da presente demanda, com a pratica de todos os atos processuais pertinentes, para que produza todos os seus efeitos;

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 22 de abril de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**



Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Seguro]  
**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Endereço: Qd. G, Casa 38, 38, Vila Santo Afonso, Parque Brasil, TERESINA - PI - CEP: 64005-010

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: Rua Senador Dantas, n 74, 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

#### DESPACHO-CARTA

Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a RÉU:  
**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
ciente do conteúdo abaixo:

#### DESPACHO-CARTA

1. 01 – Em face da fundamentação expendida na inicial, da qual se extrai alegação de hipossuficiência financeira da parte autora, defiro a gratuidade da justiça para a tramitação do processo nesta fase (NCPC, art. 99, §3º).  
Por outro lado, havendo alteração na situação financeira da suplicante, o tema será reavaliado no curso do processo ou em sede de sentença.

02 – Presentes os requisitos essenciais da inicial e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, bem assim considerando que a matéria em discussão se apresenta passível de resolução consensual, designo audiência de conciliação/mediação para o dia para o dia 13 de maio de 2019, às 10h30min, na sala de audiência desta Vara, no Fórum local.  
**Cite-se o réu com pelo menos 20 dias de antecedência para comparecer à audiência (NCPC, art. 334) e intime-se o autor(a) para comparecer ao referido ato, via advogado (NCPC, art. 334, §3º).**

03 – O réu poderá oferecer contestação/resposta, por petição, no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data:



a) - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

b) - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do [art. 334, § 4º, incisol](#);

c) - prevista no [art. 231](#), de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos, tudo conforme dispõe o art. 335 do Código de Processo Civil.

04 – Conste do mandado queo **não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, bem assim que as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (NCPC, §§ 8º e 9º do art. 334). Conste, também, que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (NCPC, 344).**

05 – Quanto à tutela de urgência, conquanto relevantes os argumentos assentados na inicial, vislumbro que a matéria em debate se apresenta complexa e demandaria justificação prévia do alegado, nos termos do §2º do art. 300 do CPC, razão pela qual deixo para apreciá-la após a formação do contraditório para melhor compreensão do tema.

**DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO-CARTA E COMO MANDADO, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.**

Expedientes necessários. Intime(m)-se.

TERESINA-PI, 28 de março de 2019.

**EDSON ALVES**  
Juiz de Direito da 10ª Vara Cível







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0805257-02.2019.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** RONALDO PRAZERES CUNHA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação processual, verificando, também, que a parte autora requereu os benefícios da gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 14 de março de 2019.

**ALEXANDRE EULALIO DE PADUA**  
**Analista Judiciário**





## PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO





**Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica**

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ª  
VARA CÍVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA-PI**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT –  
INVALIDEZ PERMANENTE – LIMITAÇÃO  
FUNCIONAL DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO  
COMPROMETIDO EM 70% e DO MEMBRO  
SUPERIOR ESQUERDO EM 90% – PEDIDO DE  
INDENIZAÇÃO CANCELADO – PAGAMENTO  
INTEGRAL DO VALOR DE 13.500,00**

**RONALDO PRAZERES CUNHA**, brasileiro, casado, cobrador, portadora do RG nº: 1.120.850-SSP/PI e do CPF/MF nº: 474.193.853-00, residente e domiciliado na Vila Santo Afonso, Qd. G, Casa 38, Bairro: Parque Brasil, cidade de Teresina-PI, CEP: 64005-010, vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “in fine” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, para propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO  
DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO**

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Avenida Senador Dantas, nº 74, 5º andar – centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 200312-205, com arrimo na LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, alterada pela Lei 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos que ora se seguem:

**Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)**

**Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512**

**E-mail: procedomio@hotmail.com**





**PRELIMINARMENTE**

**I - DA DEFERIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.**

A priori, faz-se necessário o requerimento do benefício da gratuidade da justiça, pois a autora faz jus a tal benefício, haja vista que a mesma não possui rendimentos suficientes para custear às despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Assim, a parte Autora junta com a presente afirmação de pobreza, nos termos do Art. 4º, da Lei 1.060/50, onde basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, in verbis;

*Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986).*

**§1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.**

Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família na forma do parágrafo único do art. 2º, da Lei 1.060/50.

Para gozar dos benefícios da assistência judiciária, basta à parte requerente incluir, na própria petição inicial, simples afirmação de não estar em condições de pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, consoante disciplina o art. 4º, §1º, da Lei 1.060/50, onde quem afirmar tal condição presume-se POBRE, no sentido legal até prova em contrário.

Neste ínterim a que se mencionar que esse benefício é constitucional, previsto em nossa Constituição Federal, sobre a sobra do art. 5º, XXXV e LXXIV, sendo este uma benesse constitucional, encaixa-se o autor perfeitamente em sua graça.

Nesta esteira o novo Código de Processo Civil, trouxe consigo um sistema inovador que foi a previsão da concessão da benesse da gratuidade da justiça, rotulado no art. 98 do novo Códex Processual Civil.

Há que mencionar também que a Corregedoria Geral da Justiça, já lançou Ofício Circular a todos os Magistrados do Estado, solicitando que os mesmos concedam o benefício ante o preenchimento dos pressupostos para sua concessão. Assim o autor anexa aos autos cópia do Ofício Circular nº: 187/2013-CGJ, **[Doc. Anexo]**.

Diante de tantas obrigações o autor não vê outra saída senão segurar no braço firme da nossa fraterna Justiça, assim ficando claro que o mesmo não detém recursos





suficientes para custear o trâmite deste processo sem tirar do sustento e manutenção da sua família. Portanto, pugna-se aqui pelo deferimento da Gratuidade da Justiça e a antecipação de tutela por restar comprovado sua hipossuficiência de recursos financeiros.

## **II - DA AUTENCIDADE DOS DOCUMENTOS.**

Ainda em sede de preliminar, a peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPD, *in verbis*:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

**IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;**

Assim sendo uma faculdade, imposta como meio de facilitar o prosseguimento do feito, é que de pronto fica declarada a autenticidade das cópias e documentos integrantes da presente peça.

## **III - DA COMPETENCIA TERRITORIAL EM RAZÃO DO DOMICILIO DO AUTOR.**

Cabe inicialmente destacar a competência deste Juízo, tendo em vista que nas ações de natureza acidentária, o autor poderá propor a ação tanto em seu domicílio como local aonde ocorreu o acidente, conforme estabelece o art. 53, V, do CPC/15, *in verbis*:

Art. 53. É competente o foro:

[...]

**V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.**

O Superior Tribunal de Justiça, já se posicionou neste sentido conforme teor da Súmula nº 540 do STJ, que constitui faculdade ao autor, na ação de cobrança de seguro DPVAT, optar entre os foros de seu domicílio, do local do acidente ou do domicílio do réu.

Assim é inequívoco que o autor possui endereço e residência fixa nesta Comarca, conforme podem ser constatados mediante análise da documentação colacionada com a exordial, resta indubitosa a competência deste juízo.

Desta forma requer seja acolhido o presente pedido de competência territorial deste Juízo, em razão do local do acidente, ter ocorrido nesta comarca.





## Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

### DOS FATOS

O presente caso trata-se de vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 07/11/2017, em que o Promovente vinha a trafegar conduzindo sua motocicleta de placa OUA-6010, pela Av. Parnarama, na cidade de Matões - MA, quando nas proximidades do Posto São João, perdeu o controle do referido veículo ao passar sobre uma lombada existente na via, vindo a se desequilibrar e cair ao solo, sendo socorrido na ocasião por terceiros que trafegavam pelo local no momento do acidente e levado para o Hospital Municipal Divino Espírito Santo, em Matões - MA, para realização os procedimentos iniciais, conforme fatos narrados em Boletim de Ocorrência em anexo **[Doc. Anexo]**.

Neste ínterim, o ora requerente fora transferido para o Hospital Santa Maria, nesta Comarca. **Após os exames fora identificada fraturas na região do MEMBRO SUPERIOR DIREITO (MÃO e PUNHO) e MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO (RADIO, CLAVICULA e OMBRO)**, onde fora submetido a procedimentos cirúrgicos para a fixação de fios metálicos, e que ao final **restou comprometido à limitação funcional de todos os membros afetados em 70% e 90%**, conforme relatório do médico ortopedista Dr. Edmar Souza Lima Junior, CRM-PI 2313 e prontuário médico, em anexo, **[Doc. Anexo]**.

Dirigiu-se o Autor à sede da seguradora requerida de posse de vários documentos exigidos por lei para liberação do Seguro DPVAT, a que tem direito junto à **SEGURADORA LIDER**, responsável pela regulação das indenizações de seguro DPVAT através de pedido administrativo nº 3180/277681, tendo seu pedido de indenização **PAGO DE FORMA DESPROPORCIONAL AO GRAU DE LIMITAÇÃO APRESENTADO**, recebendo da requerida o valor ínfimo de **R\$: 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos )**, conforme demonstrativo administrativo anexo, **[Doc. Anexo]**.

#### **SINISTRO 3180277681 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA RONALDO PRAZERES CUNHA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE

SEGURADORA S/A

**BENEFICIÁRIO RONALDO PRAZERES CUNHA**

**CPF/CNPJ: 47419385300**

**Posição em 20-12-2018 10:53:24**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/08/2018	R\$ 6.412,50	R\$ 0,00	R\$ 6.412,50

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)





## Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

Desta forma deverá ser pago ao Requerente o valor integral da indenização do valor de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Portanto, recorre à parte Autora, agora, aos braços da Justiça, para fazer valer seu direito à indenização por invalidez, na forma da fundamentação a seguir colacionada.

### DO DIREITO

#### **IV-DO INTERESSE DE AGIR. VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA. IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVAM AO AJUIZAMENTO DE AÇÕES PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS.**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.** 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).**

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA.** A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:**

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com







administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais têm que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.





**V - DO AFASTAMENTO DA CARENÇA DA AÇÃO, NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PELO CONVENIO COM TJPI Nº 69/2015.**

É crucial trazer à baila processual que a inexistência do laudo pericial do Instituto Médico Legal, no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito, não inviabiliza a propositura da presente demanda e o seu andamento, eis que existe outros meios de comprovar as sequelas apresentadas em decorrência do acidente.

Desta forma e pensando em dirimir com certa rapidez e agilidade os milhares de processos que transitam e são propostos diariamente no Estado, o Tribunal de Justiça do Piauí, firmou convenio com a Seguradora Líder de nº 69/2015, através do qual o Douto Magistrado, responsável por dirimir a lide em que a líder, figura no polo passivo da ação, poderá marcar uma perícia médica judicial, com perito de confiança e nomeado pelo Juiz, e a seguradora arcará com os honorários periciais.

Outro ponto a ser mencionado é que o Requerente é pessoa pobre e humilde que provem de grandes recursos financeiros, e que necessita com urgência de reanálise judicial, a fim de uma apreciação judicial lhe traga um melhor conforto psíquico e financeiro, uma vez que os pagamentos realizados pela via administrativa, muitas vezes beiram o ridículo de pagamentos para a sequela apresentada, gerando inconformismo e transtornos ao segurado.

Desta forma MM. Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L, além do mais os laudos e exames médicos anexados nos autos, sobre a carência do referido laudo, já que foram confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

Veja Insigne Excelência, que este é o entendimento dos diversos Tribunais do País, conforme farta jurisprudência confeccionada abaixo:

**PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE COMPROVE A QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ. REJEITADAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. VERACIDADE DO DOCUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFFICIO. SÚMULA 43 STJ. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE.** I - O pagamento realizado pela via administrativa não inviabiliza a demanda judicial pleiteando a complementação do valor devido a título de seguro DPVAT. II - Rejeita-se, do mesmo modo, a preliminar de ausência de laudo do IML que comprove a quantificação da invalidez, uma vez que os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o apelado encontra-se com deformidade e limitações do membro superior direito. III - No mérito, verifico que também não assiste razão ao apelante, pois o art. 5º, § 1º, alínea b da Lei n.º 6.194/74 enumera os documentos necessários ao resgate do Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que tais documentos se encontram nos autos. IV - Os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, momento em que a







## Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

seguradora foi constituída em mora, conveniente estes a serem pagos no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tudo nos termos dos arts. 405 e 406 do Código Civil. Correção monetária, nos termos da Sumula 43 do STJ. V - Sentença mantida VI - Apelo conhecido e improvido. Unanimidade. (TJ-MA - APL: 0064642014 MA 0004094-37.2012.8.10.0027, Relator: RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, Data de Julgamento: 09/06/2014, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOCORRÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PRELIMINARES REJEITADAS - COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ E DO GRAU DE REDUÇÃO FUNCIONAL - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO DANO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.** A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não está condicionada ao prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, pois a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A falta de laudo médico comprovando a quantificação e grau das lesões permanentes do autor não configura carência da ação, que somente se verifica quando ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual. Se a cópia do laudo médico apresentado pelo autor e demais documentos não impugnados, demonstram as lesões decorrentes de acidente automobilístico e delimitam o grau da redução funcional por ele apresentado, desnecessária a realização de perícia. Comprovada a invalidez parcial permanente, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. (TJ-MT - APL: 00847669120098110000 84766/2009, Relator: DES. JURANDIR FLORÊNCIO DE CASTILHO, Data de Julgamento: 23/03/2010, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/04/2010)

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. - ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - GRAU DE INVALIDEZ QUE NÃO SE DISCUTE NOS AUTOS, LIMITANDO-SE A DISCUTIR O DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO - EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DA REQUERENTE NO SENTIDO DE NÃO DESEJAR A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - CONCORDÂNCIA TÁCITA COM O GRAU APURADO NA PERÍCIA ADMINISTRATIVA. - DA ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ PROVA DA INVALIDEZ - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE COMPROVA A INVALIDEZ DA AUTORA. - INDENIZAÇÃO DPVAT POR INVALIDEZ QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO GRAU DA INVALIDEZ SUPOSTA - EXEGESE DO ART. 3º, 'B', DA LEI 6.194/74 - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SEGUINDO O MESMO ENTENDIMENTO - JULGADO MODIFICADO NO SENTIDO DE NEGAR O DIREITO DA REQUERENTE AO RECEBIMENTO DE QUALQUER COMPLEMENTAÇÃO. - ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI 1.060/50. RECURSO DE**

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedorio@hotmail.com





## Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI N° 12. 813

APELAÇÃO A QUE SE DA PROVIMENTO. (TJ-PR - AC: 7740354 PR  
0774035-4, Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento:  
05/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 632)

Desta forma é que requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L, tendo em vista outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, a precária condição financeira do Autor, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

Como se sabe ações de natureza indenizatória decorrentes de acidentes de trânsito, apesar de não exigirem grande complexidade, é imprescindível que haja a produção de prova pericial, para que seja avaliado o grau de seqüela e a extensão do dano a serem calculados em percentual exigido para pagamento da referida indenização.

Foi pensando nisso que Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Piauí, firmou parceria junto a Requerida para pôr fim às milhares de ações existentes no Estado, como meio acelerar o Judiciária e até mesmo garantir o correto pagamento da indenização, firmando assim o convenio 69/2016.

### **VI - DAS PROVAS NECESSÁRIAS.**

O direito à indenização está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º, da Lei nº 6.194/74;

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

**§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).**

**a) OMISSIS**

**b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais. (OMISSIS)**

**§4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).**

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





## Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI N° 12. 813

*§5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).*

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito a indenização por danos pessoais em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). É o que demonstra o dispositivo a seguir:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:*

*(...) OMISSIS*

*R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

**VII - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI 11.482/07: PARAMETRO PARA APLICAÇÃO DA TABELA E O PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL.**

A discussão acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74, cinge-se sobre a estagnação do valor indenizatório na medida em que estabeleceu um valor fixo em contraposição a regra anterior que previa um valor variável a depender do salário mínimo vigente.

Analisando detidamente a Lei 6.194/74, com redação alterada pela Lei 11.482/07, visualiza-se a inconstitucionalidade pelos motivos a seguir elencados. Dispõem os artigos 3º, II da citada Lei:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*[...]*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

Ademais ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **PROVA DO ACIDENTE** e do **DANO DECORRENTE**, conforme insculpido no art. 5º, §1º e §7º, da supracitada lei:

*Art. 5º - **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***

*§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*[...]*

*§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).*

Estudando-os minuciosamente o tema não se enxerga a devida atualização do valor indenizatório nos eventos previstos na lei, em seu art. 3º.

Vejamos: Por exemplo, o artigo 5º, §7º, citado acima elucida que apenas as indenizações cumpridas fora do prazo para pagamento serão corrigidas monetariamente, não havendo dispositivo de lei expresso que determine a







atualização do valor do teto das indenizações securitárias prevista na supracitada lei, como ocorria anteriormente com as atualizações do salário mínimo na vigência da Lei 6.194/74.

Referida atualização só será possível por uma interpretação ampliativa do CNSP à lei, que se diga, por ser órgão administrativo, não poderá regulamentar o que não está na lei. Anteriormente, o segurado além de ter a indenização variável de acordo com o salário mínimo, pois a Lei 6.194/74 fixava a indenização naquele, tinha também a correção monetária do valor a ser pago, como nos casos de complementação de indenização, da data do pagamento administrativo a menor.

Com a Lei 11.482/07, extirpada foi aquela primeira atualização e mais significativa do título do seguro, ou seja, de acordo com o salário mínimo, esse aumentado gradativamente pelo Governo Federal com a justificativa de correção devido a inflação, no entanto, não servindo mais hoje de parâmetro para as indenizações securitárias. Com a nova Lei, só se corrige o valor do fixado nessa (R\$ 13.500,00), e **este, é inalterável.**

Na Lei originária (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido, como já manifestado.

Percebe-se, desse modo, que a alteração legislativa violou o princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para preservar/melhorar a dignidade humana deve ser vista com reserva se, somente pode ser aceita, se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não ocorreu na hipótese.

Hoje, há a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição Federal) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).

Ademais, a constitucionalidade da referida Lei, tal como já comparado acima vai defasar (engessar) o valor da indenização securitária aponto desta indenização um dia ser módica para as Seguradoras que recebem por cada veículo automotor, variando o valor do prêmio pagos a si de acordo com o tipo de veículo, tal como se percebe em consulta ao site do Seguro DPVAT.

Na seara do direito internacional, o Brasil foi signatário dos seguintes tratados que reconhecem os direitos sociais como direitos humanos fundamentais, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), Protocolo de São Salvador





## Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

(1988) adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Pacto de São José da Costa Rica, sendo que neste último, acolheu expressamente o princípio do não retrocesso social, também chamado de aplicação progressiva dos direitos sociais, princípio esse elucidado anteriormente.

Neste diapasão, constata-se que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais.

### **VIII - DOS HONORARIOS ADVOCATICIOS.**

O Novo Código de Processo Civil, previu em seu art. 85, a possibilidade da parte vencida arcar com honorários do advogado da parte vencedora, como meio de amortizar os danos causados decorrentes de despesas e atos do processo, in verbis.

*Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

*§1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.*

*§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:*

*I - o grau de zelo do profissional;*

*II - o lugar de prestação do serviço;*

*III - a natureza e a importância da causa;*

Este também já vem sendo o entendimento jurisprudencial de nossos tribunais superiores, de que a parte vencida, vejamos alguns julgados:

**EMBARGOS DE TERCEIROS. PROCEDENCIA DA AÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA PARTE VENCIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. HONORÁRIOS REDUZIDOS.** 1 - À luz do princípio da causalidade, as custas e os honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que restou vencida na ação. 2 - Apesar dos argumentos suscitados pela União Federal/Fazenda Nacional em sentido contrário, o certo é que a penhora foi realizada equivocadamente em razão de endereço fornecido pela União, não podendo a mesma se eximir dessa responsabilidade. 3 - Para que a Apelante não fosse condenada nos encargos de sucumbência, não poderia ter contestado a ação, resistindo à pretensão da embargante. 4 - Ademais, incumbe ao exequente indicar os bens à penhora. Em caso de negativa, bens de terceiros podem vir a ser constritos, sujeitando-se, por conseguinte, o exequente, aos eventuais ônus sucumbenciais decorrentes da desconstrução por meio de embargos de terceiros. 5 - Segundo o art. 20, § 4º, do CPC, vencida a Fazenda Pública, os honorários podem ser arbitrados em valor fixo ou percentual, consoante apreciação equitativa do juiz e observado o contido nas alíneas a, b e c do art. 20, § 3º, da lei processual civil. 6 - Apelação provida em parte. (TRF-2 - AC: 199851010409295 RJ 1998.51.01.040929-5, Relator:

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com







## Procedório Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 08/09/2009, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data: 07/10/2009 - Página: 86)

Desta forma requer, a condenação da Requerida ao pagamento de 20%, sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme disposto no art. 85 do NCPC.

### DOS PEDIDOS

Seja recebido e registrado e concedidos os pedidos da presente ação, designando-se, desde logo, audiência de conciliação, citando-se a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPC, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas.

1. - Requer a **concessão ao Autor dos benefícios da Justiça Gratuita, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso**, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas processuais conforme estabelece a Lei 1.060/50, art. 5º, XXXV e LXXIV da CF/88, art. 98 do NCPC e Ofício 187/2013 - CGJ;

2. - Seja acatada a competência da presente Demanda, por este Douto Juiz, em razão da proposição da presente ação no local da residência do autor, conforme prevê o art. 53, V, do CPC/15 e Súmula nº 540 do STJ.

3. - Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra **condenando a empresa ré ao pagamento da diferença integral da indenização no valor de R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, o que totaliza o valor de **R\$: 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, atualizados à data de liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92) condenação a título de *quantum* indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente;

4. - Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento ao Autor de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;

5. - Requer, em sede de controle difuso de constitucionalidade, **seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais**, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

6. - Requer, ainda, que seja aplicada a multa prevista na resolução nº 14 da SUSEP de 25.10.95 publicada no DOU de 06.03.98 em caso de não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta ação.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)





## Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

7. - O peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC.

8. - **Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L.**, tendo em vista a precária condição financeira do Autor e outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, principalmente com a realização da **PERICIA JUDICIAL PELO CONVENIO 69/2015**, firmada entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

9. - Requer ainda seja condenada a Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20%, sobre o valor da condenação, conforme art. 85, do NCPC.

10. - Por último caso entenda necessário por parte de Vossa Excelência, **seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente**, pelo convênio 69/2015 realizado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

Protesta e Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal, cálculos e depoimento pessoal do representante da Requerida, e por outros que por ventura vierem a ser necessárias no decorrer do processo.

Dá-se á presente o valor de **R\$: 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento

Teresina-PI, 25 de janeiro de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente  
(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)





**Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica**  
Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

<b>OUTORGANTE:</b> <u>Ronaldo Brazeres Cunha</u>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <u>casado</u>	Profissão: <u>Cobrador</u>
RG nº: <u>1.120.850 SSP/PI</u>	CPF/MF nº: <u>474.193.853-00</u>	
Endereço: <u>VL Santa Remy S/N Ad G Casa 38 Bairro: Urbano</u> <u>Teresina - PI</u>		

<b>OUTORGADO:</b> JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA	
Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)	
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF/MF nº: 023.365.163-22	CPF/MF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.	
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).	

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Inutilidade Permanente Advinda por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 07 de junho de 2010.

Ronaldo Brazeres Cunha


-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



		GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - TÓRRES DE SEGURANÇA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ		DATA DE EMISSÃO: 07/03/1973 DATA DE VALIDADE: 07/03/1973
NOME: RONALDO PRAZERES CUNHA ENDEREÇO: MARIA NELZA CUNHA NATURALIDADE: OSCAR PRAZERES CUNHA DATA DE NASCIMENTO: 07/03/1973	VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1.120.850	CERT. CASAMENTO: 1.120.850 CERT. ALTO LOMBA: 1.120.850 CERT. 193.853-00
LEI Nº 7.116 DE 28/08/65 - DECRETO Nº 28.008		





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.842.748/0001-89 - Ins. Estadual: 19.301.367-5  
Sociedade Fechada - Cota de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de imposto de renda pela SEFAZ 06/98

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU CÓDIGO  
1520912-1

Nº da Nota Fiscal  
005804482

Nº da Nota Fiscal

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

PERÍODO DE VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
14/05/2018	216	192,00

RONALDO PRAZERES CUNHA  
VL STO AFONSO S/N QD G CASA 38 B-URBANO  
CPF: 00047419385300

ADADOS DA LEITURA	DATA DA LEITURA
Atual: 5755	Atual: 15/05/2018
Anterior: 5539	Anterior: 16/04/2018
Constante de Multiplicação: 1,000	Próxima Leitura: 15/06/2018
Consumo Medido: 216	Emissão: 14/05/2018
Consumo Faturado: 216	Apresentação: 15/05/2018

CLASSE/SUBCLASSE	LIGAÇÃO	NÚMERO MEDIDOR	PASSE	CODIGO BAI	MÉDIA 12 meses

Mês/ano consumo	CONSUMO	CONTR. ILUMINAÇÃO PUB. (COSIP)	ADICIONAL BANDEIRA ANARELA
ABR/18 197	216 A R\$ 0,821839 =	177,51	
MAR/18 194		14,49	
FEV/18 205			1,11
JAN/18 202			
DEZ/17 312			
NOV/17 253			
OUT/17 256			
SET/17 220			
AGO/17 208			
JUL/17 197			

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
B A 216 - 0,553263

DECLARAÇÃO DE IMPORTANTE / REAVISO DE VENCIMENTO

Declaramos quitados débitos desta UC no ano de 2017 (Lei 12007/09)  
LIQUE 0800 086 0800 E FAÇA O PCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 14/05/2018, não constamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

#### RESERVADO AO FISCO

COMPOSIÇÃO DA CONTRATAÇÃO	VALORES DOS TRIBUTOS
Distribuição:	Base de Cálculo:
Energia: 34,48	Alíquota ICMS: 177,51
Transmissão: 65,57	Valor do ICMS: 27,00%
Encargos: 10,31	Valor do PS: 47,92
Tributos: 10,45	Valor do COFINS: 1,56

5,08 10,15 20,30 3,43 6,85 13,70 2,86  
3,57 1,00 3,57

TERESINA

03/2018 56,58

ROT: 10.001.34.12.254000

SEU CÓDIGO

TOTAL A PAGAR - R\$



1520912-1

192,00

MÊS FATURADO

VENCIMENTO

05/2018

05/06/2018

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.842.748/0001-89 - Ins. Estadual: 19.301.367-5

Nº da Nota Fiscal: 005804482 FCM

83680000001 7 92000017000 0 00000001520 6 91210518008 3



SEQ.: 00195 UC: 1520912-1 DT. LEIT.: 15/05/2018 T. ENTR.: 03  
TOTAL: 192,00 CARGA: 021

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2018

GENTE SEGURO S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina - PI

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>Ronaldo Prazeres Cunha</u>	
Brasileiro (a) <u>Canadá</u>	Cobrador
RG nº: <u>1.520.850-55-PI/PI</u>	CPF/MF nº: <u>474.193.853-00</u>
Endereço: <u>VL: Antonio D'Almeida 511/6d Gl'COLO 38</u> <u>Boa Vista - Urbano</u>	
<p><b>DECLARA</b> para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>QUATRO NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>	

Teresina-PI, 07 de junho de 2018.

Ronaldo Prazeres Cunha  
(CPF 474.193.853-00)







ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

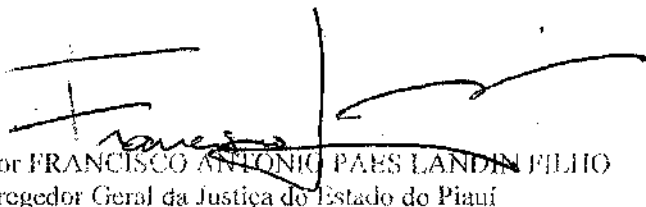
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa**, **oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da 'gratuidade da Justiça' também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,



Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro.: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto....: ENCAMINHAMENTO  
Título.....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDENHAÇÃO/CNJ.  
Destino....: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qu/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dr. Rúbio Fontenele de Carvalho Campos*  
Secretário da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial – aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais – sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep: 64000-250 Teresina-Piauí  
Fones: (85) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Albuquerques, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones (66) 2107 5000



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

  
**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

  
**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação

1







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juízes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

- I – sustação da execução do ato impugnado;
- II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobre-direito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1198941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/80 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SILVEIRA MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Aprova o subscrito  
Parecer, de Conselho  
Técnico de Engenharia  
Civil do Município, para  
atender o - Pleito  
municipal, para  
o fim de



**COB Clinica Ortopedica Buenos Aires Emissão: 25/07/2018 16:15 USL**

**COB Clinica Ortopedica Buenos Aires**

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires  
Teresina-PI 64009-330  
Telefone: 86 3214-1600

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires  
Fones (86) 3214-1600 • CEP 64.009-330 • Teresina-Piauí  
E-mail: clinicacob@hotmail.com

**\*\*\* IMPRESSÃO DO ATENDIMENTO \*\*\***

Paciente.: 032520 RONALDO PRAZERES CUNHA Conv.: PARTICULA Idade: 45 A  
Data.: 25/07/2018 14:10  
CID 10: T928 SEQUELAS DE OUTR TRAUM ESPEC DO MEMBRO SUPER

**QUEIXA PRINCIPAL**  
**ACIDENTE DE TRANSITO DIA 07/01/2017**  
**BO 178/2018 DP DE MATOES -MA**

**H. D. ATUAL**  
**HD FRAT DE 1 MTCB +**  
**RADIO + ULNA DISTAL E**  
**FEITO OSTEOSSINTESE DE 1 MTC D +**  
**RADIO DISTAL E DIA 11/11/2017**

**EXAME GERAL**  
**DOR LIMITACAO FUNCIONAL EM 1 QDE**  
**DOR LIMITACAO SEVERA EM PUNHO E**  
**FORÇA MUSCULAR GRAU III EM MSE**

**EXAME COMPLEMENTAR**  
**RX PUNHO E =FRAT RADIO DISTAL COM SINTESE**  
**RX MAO D =FRAT 1 MTC D COM SINTESE**

**DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO**  
**RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITVA COM**  
**PERDA DE 70 % EM MSD**  
**PERDA DE 90 % EM MSE**

DR. FERDINAND FREITAS  
CRM-PI 3096

DR. ROCELDO ANTONIO  
CRM-PI 3531

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
27 JUL 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Maracá - Norte CEP: 64.009-330

25/07/2018  
Dr. Edmar S. L. Junior  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PI 2313 / CRM-MA 3294







ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
PLANTÃO CENTRAL DE TIMON - PLANTÃO TIMON  
Endereço: FRANCISCO CARLOS JANSEN, S/N - GUARITA, Fone: (99)3212-5155.

OCORRÊNCIA Nº: 21/2018 - Registrado em 4 de Janeiro de 2018 às 10:28h

**FATO COMUNICADO**

Data/Hora do Fato: 07/11/2017 às 20:00hs, Terça-Feira

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA DE LESAO CORPORAL PROVOCADO PELA PROPRIA VITIMA

**LOCAL**

Município:	MATOES	Estado:	MA
Logradouro:		Nº:	CEP:
Bairro:		Tp de Local:	VIA URBANA
Referência:	na av. parnarama, em frente ao posto são joão, B. MATADOR		

**ENVOLVIMENTO: COMUNICANTE/VITIMA**

RONALDO PRAZERES CUNHA (44), do sexo masculino, Brasileira, Casado, exercendo a profissão de Cobrador, RG Nº: 1120850/SSPPI, nascido em 07/03/1973, natural de TERESINA - PI, PAI: OSCAR PRAZERES CUNHA e MÃE: MARIA NILZA CUNHA, Endereço: NA Q-G, C-38, VILA SANTO AFONSO, BAIRRO MATADOR -- TERESINA - PI.

**ENVOLVIMENTO: AUTOR (A APURAR)**

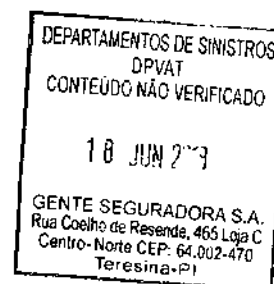
**HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA**

ONDE VEIO NOS COMUNICAR QUE ESTAVA PILOTANDO A SUA MOTO TIPO HONDA/CG 125 FAN ES, DE COR PRETA, PLACA: QUA-6010/PI, QUANDO FORA ENVOLVIDO EM UM ACIDENTE DE TRÂNSITO, ONDE, SEM PERCEBER, DEPAROU-SE COM UM QUEBRA-MOLA, BATENDO NO MESMO, VINDO A CAIR NO CHÃO, TENDO COMO CONSEQUÊNCIA ALGUMAS LESÕES NO CORPO, SENDO SOCORRIDO DE IMEDIATO POR POUPULARES QUE O CONDUZIU PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DIVINO ESPIRITO SANTO DA CIDADE DE MATÕES-MA, ONDE LÁ FORA MEDICADO.

JOSE ROGERIO SOUSA FERREIRA  
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL  
Matrícula: 097146

RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA  
ATENDENTE

RONALDO PRAZERES CUNHA  
COMUNICANTE



DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina

CONTRAN

DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - PI Nº 013030069965

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 QDD RENAVAM 00553969455 R.N.T.R.C. 2017 EXERCÍCIO

RONALDO PRAZERES CUNHA

0053 6693 6793 8570 9163 5442 5093 4586 4586 1017

47419383300 9C2JC4120DR556560

PLACA ANT / UF 47419383300 PLACA CUA-6010

PAS / MOTOCICLE / NENHUMA

HONDA / CG 125 FAN ES

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

02P / 0124CC

PI Nº 013030069965 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT

PAGAR NAS INSCRIÇÕES, LEIA NO VERSO

AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

00553969455

HONDA / CG 125 FAN ES

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

00553969455

SEGURO LIDER DPVAT



**MATÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO  
HOSPITAL MUNICIPAL DIVINO ESPÍRITO SANTO  
Rua 15 de Novembro, S/Nº, Centro-Matões-MA, CEP: 65645-000  
e-mail: [hmdes2013@hotmail.com](mailto:hmdes2013@hotmail.com)

### FICHA DO S.P.A

(PARA ATENDIMENTO QUE NÃO REQUEREM MATRICULA)

Nome: Renildo Patrício Simões  
Data de Nascimento: 04/03/83 Idade: 36 Sexo: M  
Pai: João Patrício Simões  
Mãe: Marlene Patrício Simões  
Residência(Município): Matões  
Ocupação Atual: Trabalha no comércio Estado Civil: Casado  
RG: 1.234.567-8 Telefone: 98765 43210  
Naturalidade: Matões-MA Cartão Sus: 123456789

DATA	HORA	ATIVIDADE	ATENDIMENTO
09.11.19	10:50		Atendimento de urgência de
			um paciente com
			problemas de
			respiração e de
			pressão arterial em
			paciente.
			40. Fratura de
			Costela.
			Tratado com
			analgesia e
			curativo.
			Exame de

Marta do Desterro de Lima Silva  
Auxiliar de Enfermagem  
COREN-MA 681.235

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
18 JUN 2019  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi

99 3576-1222

(99) 98422.6777

Canção  
Canção



Número do documento: 19030718194137300000004270375

HOSPITAL MUNICIPAL DOMINGOS ESPIRITO SANTO		Seq: 19030718194137300000004270375	
GUARÁ DE ATENDIMENTO DE URGENCIAS E EMERGENCIA		Cidade: GUARÁ - RJ	
<p align="center"><b>DADOS DO PACIENTE</b></p>			
PACIENTE: 13734 - RONALDO PRAZERES CUNHA		DATA NASC: 07/03/1973 (IDADE: 45 ANOS 07 MESES)	
CARTÃO BUS		SEXO: MASCULINO ESTADO CIVIL: CASADO(a) - RIM: A/C OR: PARTO: ETRIA: NÃO SE APL	
NATURALIDADE		NOME DA MÃE: MARIA NÍLSA CUNHA	
OCCUPAÇÃO		NOME DO PAI: OSCAR PRAZERES CUNHA	
TIPO DOC: IGNOCIDO N° DOC:		MACROREGIÃO: NITERÓI	
ACOMPANHANTE: IGNOCIDO		N° OFF:	
LOGRADOURO: RUA NOVA N° 571		TELEFONE:	
BARRIO: CENTRO		Cidade: NITERÓI	
CEP: 65650-000		Cidade: NITERÓI	
<p align="center"><b>ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL</b></p>			
QUEIXA PRINCIPAL:			
ALERGIA:			
CARACTER DO ATENDIMENTO: URGÊNCIA EMERGENCIA			
CONSCIÊNCIA DO PACIENTE: LUCIDO			
PACIENTE SOFREU TRAUMA: NÃO			
ENCAMINHAMENTO: CLÍNICA MÉDICA			
OBSERVAÇÃO:			
<p align="center">Ass. e Carimbo do Profissional</p>			
SINAIS VITAIS	PESSO	PRESSÃO ARTERIAL	TEMPERATURA
	kg	mmHg	°C
		PULSO	SAT. O2
		bpm	%
		KG	GLUCOSE CAPILAR
		mmHg	mg/dL
<p align="center"><b>ANAMNESE</b></p>			
<p>Vítima de acidente automobilístico, com dor intensa e deformidade visível em punho ①</p>			
DIAGNÓSTICOS: Fratura do Punho.		CID:	
EXAMES COMPLEMENTARES:			
PRESCRIÇÃO		ENFERMAGEM	
<p align="center"><b>INTERNACÃO</b></p>		<p align="center">DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM BIVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO 05 JUL 2018 GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Rio de Janeiro - RJ CEP: 24.002-000</p>	
OBSERVAÇÃO: 15/07/2018			
SAÍDA/ALTA			
ALTA HOSPITALAR HORA		ALTO ( ) TRANSFERÊNCIA	
ASS. CARIÓTIPO MÉDICO		ASS. PACIENTE CARIÓTIPO MÉDICO	



# HOSPITAL MUNICIPAL DIVINO ESPÍRITO SANTO

## ADMISSÃO HOSPITALAR

Formulário 1702/75

PACIENTE: RONALDO PRAZERES CUNHA		DATA NASC: 04/05/1975	
CADABRUS	SEXO: MASCULINO	ESTADO CIVIL: CASADO(A)	ENDEREÇO: PARQUE
NOME DA ME: MARIANILSA CUNHA		NOME DO PAI: OSCAR PRAZERES CUNHA	
DOENÇA	ESCOLARIDADE		
PROFESSOR: COORDENADOR	Nº DOCT	PROFI	ESPE
LOGRADOURO: NOVA	CIDADE: VIANEIS		
Bairro: CENTRO	UF: MA CEP: 65000		
Data de referência a internação			
Posto: POSTO DE ENFERMAGEM	Enfermeira: CRAVO		
Especialidade: Clínico	Med. Solicitante: AQUILINO ELIZEU MARQUES DE MEDEIROS		
Proc. Solicitado	ANAMNESE		

Vítima de acidente motociclistas,  
com lesões múltiplas e deprimido de  
ânimo, em processo de internação.

EXAMES CLÍNICOS

fracturas de fêmur

DEPARTAMENTO DE SIMULACROS
OPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
15 JUL 2018
GENTE SEGURADORA S/A
Rua Coelho de Resende 265 LOP. C
CEP: 64062-90

*[Assinatura manuscrita]*

O médico assistente RONALDO PRAZERES CUNHA assume a responsabilidade pelo diagnóstico e tratamento do paciente admitido no Hospital Municipal Divino Espírito Santo, bem como pelo preenchimento deste formulário, e declara que o mesmo é verdadeiro e fielmente representa a realidade clínica do paciente. O médico assistente RONALDO PRAZERES CUNHA assume a responsabilidade pelo diagnóstico e tratamento do paciente admitido no Hospital Municipal Divino Espírito Santo, bem como pelo preenchimento deste formulário, e declara que o mesmo é verdadeiro e fielmente representa a realidade clínica do paciente.

<b>SUS</b> SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE		LEI Nº 8.080/90 - Lei de Promoção da Saúde LEI Nº 8.112/90 - Lei de Regime Jurídico dos Servidores	
1 - NOME DO PACIENTE: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>		2 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>	
3 - ENDEREÇO: <b>RUA DO COMÉRCIO, 100 - JARDIM PAULISTA - SÃO PAULO - SP</b>		4 - CID: <b>71.00</b>	
5 - DATA DE NASCIMENTO: <b>05/07/1978</b>		6 - SEXO: <b>M</b>	
7 - NOME DO HOSPITAL: <b>HOSPITAL MUNICIPAL DE SÃO PAULO</b>		8 - CID: <b>71.00</b>	
9 - NOME DO MÉDICO: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
10 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
11 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
12 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
13 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
14 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
15 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
16 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
17 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
18 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
19 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
20 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
21 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
22 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
23 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
24 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
25 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
26 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
27 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
28 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
29 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
30 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
31 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
32 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
33 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
34 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
35 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
36 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
37 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
38 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
39 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
40 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
41 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
42 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
43 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
44 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
45 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
46 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
47 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
48 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
49 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
50 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
51 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
52 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
53 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
54 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
55 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
56 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
57 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
58 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
59 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
60 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
61 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
62 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
63 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
64 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
65 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
66 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
67 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
68 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
69 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
70 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
71 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
72 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
73 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
74 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
75 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
76 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
77 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
78 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
79 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
80 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
81 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
82 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
83 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
84 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
85 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
86 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
87 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
88 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
89 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
90 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
91 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
92 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
93 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
94 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
95 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
96 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
97 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
98 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
99 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			
100 - NOME DO RESPONSÁVEL: <b>FRANCISCO DE ASSIS</b>			





**Sexo:** ☒ Masculino ☐ Feminino

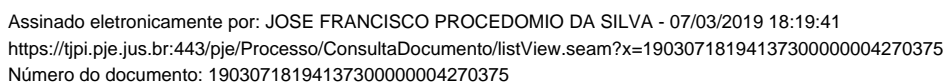
Leto: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

# SIGNALS VITALS

HORARIO	PA	TAX	FC	FR	GLUCEMIA	SCOREDOR
6:00	80	36	105	96		
12:00						
18:00						
24:00						
ELIMINACOES	QUANTIDADES					OBS
	06:00	12:00	18:00	24:00		
DRENOS						
SONDAS						
DIURESE E EVACUACOES						
VOMITOS						

## ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

contoh di bagian ini juga bisa relate  
dengan dia juga



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 07/03/2019 18:19:41  
<https://tpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030718194137300000004270375>  
 Número do documento: 19030718194137300000004270375





ESTADO DO MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO  
HOSPITAL MUNICIPAL DIVINO ESPÍRITO SANTO

NOME

Raimundo Braz de Carvalho

Idade

Data

Prescrição Médica: Assinatura

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Horário Aplicação Medicamento

07/11/2019 - 1ª Fração do Primário 7h

12/11/2019 - 2ª Fração do Primário

13/11/2019 - 3ª Fração do Primário

14/11/2019 - 4ª Fração do Primário

15/11/2019 - 5ª Fração do Primário

16/11/2019 - 6ª Fração do Primário

Dieta Geral Livre

Dieta Geral Livre

Dieta Geral Livre

Dieta Geral Livre

Dieta Geral Livre







HISTÓRICO		RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	
DATA	Prescrição Médica - Assinatura	HORÁRIO APLICAÇÃO MEDICAMENTO	OBSERVAÇÃO
03/03/2019	H. Fratura de Fêmur 2 <sup>a</sup>		
03/03/2019	01 Dinta oral 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	01 Dinta oral 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	02 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	02 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	03 Dextropropofol 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	03 Dextropropofol 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	04 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	04 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	05 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	05 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	06 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	06 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	07 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	07 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	08 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	08 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	09 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	09 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	10 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	10 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	11 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	11 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	12 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	12 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	13 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	13 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	14 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	14 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	15 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	15 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	16 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	16 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	17 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	17 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	18 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	18 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	19 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	19 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	20 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	20 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	21 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	21 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	22 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	22 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	23 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	23 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	24 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	24 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	25 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	25 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	26 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	26 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	27 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	27 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	28 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	28 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	29 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	29 SNG 1 <sup>a</sup> vez
03/03/2019	30 SNG 1 <sup>a</sup> vez	08:00h	30 SNG 1 <sup>a</sup> vez

SANTA MARIA

HOSPITAL SANTA MARIA LTDA

FICHA DE ATENDIMENTO



1034703

Internação: 1034703 Dt. Internação: 08/11/17 22:30:03  
Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Nascimento: 07/03/73 44a 8m 1d Sexo:   
Estado Civil:   
Convênio: PLANTE Fone Pac: 988960499  
R.G/C.N.: 112.085.0 Matrícula: 1509.8701  
Endereço: Rua Antonio Pedro - QUADRA G CASA 38 Matadouro Terasina PI CPF: 474.193.853-00  
Nome da Mãe: MARIA PRAZERES CUNHA Nome do Pai: OSCAR PRAZERES CUNHA  
Procedimento:   
Setor: Sala de Espera - HSM  
Quarto: ESPERA 08  
Acomodação:   
Diária: Setor sem acomodação

Responsável:   
Endereço:   
Nascimento: 07/03/1973 Doc. Resp:   
Fone Resp:   
Médico Resp.: Dra JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM 4105) Observações:   
Funcionário: DJANES  
CPF:   
Tratamento: Médica

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO DO PACIENTE

Considerando o artigo 59 do Código de Ética Médica e os artigos 6º III e 39 VI da Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), que garante ao paciente informações sobre seu estado de saúde, eu, \_\_\_\_\_, representante legal do (a) paciente \_\_\_\_\_, estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, declaro para os devidos fins que fui previamente informado pelo médico, Dr. (a) \_\_\_\_\_, CRM (\_\_\_\_) nº \_\_\_\_\_, do meu, ou do paciente o qual sou responsável, estado de saúde, diagnóstico e evolução provável da doença.

Declaro, igualmente, ter sido informado de forma clara sobre a finalidade, os benefícios e os riscos do tratamento e procedimentos a que vou me submeter ou a que vai ser submetido o paciente do qual sou responsável, bem como os efeitos colaterais e outras intercorrências e anormalidades que poderão advir do mesmo.

Procedimentos: Internação Clínica  
1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_

(Exemplos Procedimentos invasivos e/ou cirurgia: Sedação, anestesia ou acompanhamento do anestesiologista; Transfusão de sangue e hemocomponentes.)  
Declaro, ainda, estar ciente de que o tratamento a ser adotado não implica necessariamente na cura e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o(a) médico(a) a modificar condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a) desde já a tomar providências necessárias para tentar solucionar os problemas surgidos, seguindo seu julgamento, bem como uso de hemoderivados e transporte inter-hospitalar se houver necessidade.

Ademais, ainda, informo estar ciente de que o Hospital não responde por qualquer objeto e/ou valores dos pacientes e acompanhantes, tendo em vista que todos os apartamentos possuem sua própria chave, sendo, pois, de sua inteira responsabilidade.

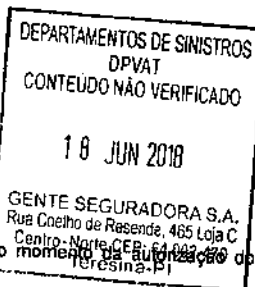
Assim sendo, concordo com o referido tratamento e, para tanto, assino o presente documento na presença de testemunhas. No caso de no futuro tornar-me incapaz de tomar decisões sobre minha saúde, indico como meu representante \_\_\_\_\_ com documento de identidade nº \_\_\_\_\_.

Teresina, 8 de novembro de 2017.

Maria dos Santos Nascimento Prazeres  
Assinatura do paciente ou responsável legal  
RG nº: 1.577.073-91

Declaro para os fins que se fizerem necessários que todos os documentos que me foram solicitados no momento da internação dos procedimentos hospitalares realizados no referido Hospital me foram prontamente devolvidos.

Maria dos Santos Nascimento Prazeres  
ASS. DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL



Impresso em 08/11/2017 22:33:09

Página 1

DJANES

CATE893





Atendimento	1.034.703	Prontuário	311.140
Convênio	PLANTE / APARTAMENTO		
Liberação	08/11/2017 23:09:37	Prescrição	883224
Data Prescr.	08/11/2017 23:02:00		
Validade	09/11/2017 00:00:00 / 09/11/2017 14:59:59		
Leito/Quarto	ESPERA 08		

## Dieta Branda

1 Frasco ACM IV

13

1 Ampola ACM IV

1 Ampola 6/6 h. IV

Tilatil Inj. FA (20 mg)

1 Frasco-ampola	12/12 h (12-24)	IV
-----------------	-----------------	----

Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL

1 Ampola ACM IV

### Procedimentos/Serviços/Exames

### Procedimentos/Serviços/Exames

Creatinina

### Intervalo

### Horários

## Material

1 Va2

23:02

**Soro**

1 1/2x

23.02

## Sanguis

1462  
1463

20.02  
72.02

000000  
 000000

1 Vez

23:02  
23:03

### Saige

1 Vez

23:02

**Agora.**

23:09

\_\_\_\_\_

1x Manhã

10

DEPARTMENT

Ronan Delano G Brito  
Ronan Delano Gomes Brito  
CRM 4100

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
18 JUN 2019  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.602-470  
Terecina-PI

~~Além do~~ Tere  
acomodação

Renan Delano Gomes Brito  
MEDICO  
CRM-PR 4100 / CRM-MA 7147





1034703

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Atendimento	1.034.703	Prontuário	311.140
Nascimento	07/03/1973 44a 8m 2d Peso	Convênio	PLANTE / APARTAMENTO		
Data Entrada	08/11/2017 22:30:03	Liberação	09/11/2017 01:15:34	Prescrição	883290
Médico Resp	Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM	Data Prescr.	09/11/2017 01:14:00		
Prescritor	Renan Delano Gomes Brito (CRM 4100)	Validade	09/11/2017 15:00:00 / 10/11/2017 14:59:59		
Setor	Sala de Espera - HSM	Leito/Quarto	ESPERA 08		
CID	T14 Traum de regiao NE do corpo				

Diretor Técnico Médico:

Medicamentos

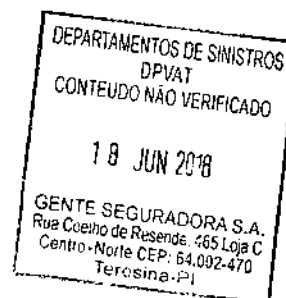
7 Cefazolina 1g Inj.

2 Frasco-ampola Agora IV

01/15

Reconstituir cada Frasco-ampola em 1 Ampola de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

*Renan Delano G Brito*  
Renan Delano Gomes Brito  
CRM 4100



HOSPITAL SANTA MARIA LTDA  
Parecer médico

Paciente RONALDO PRAZERES CUNHA

Atendimento 1034703

Convênio: PLANTE

Especialidade origem Ortopedia / Traumatologia

Especialidade destino Cardiologia

Motivo da Consulta

SOLICITO RISCO CIRURGICO CARDIOLÓGICO PARA CIRURGIA ORTOPEDICA (FRATURA DE RADIO DISTAL E + BENNETT D)

Date: 09/11/2017 00:21:57

*Edson de Sousa da Oliveira*  
CRM 4074

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
18 JUN 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi



Relatório Consolidado de ENFERMAGEM									
08/11/17 - 09/11/17									
ACIDENTE		RONALDO PRAZERES GUINHA		Assédio		10/17/03			
Data Nascido:		07/03/1973	44 Anos	Suspeito	Mesclunho	Prontidão		311140	
Endereço:		Rua Antonio Pedro, QUADRA G CASA 38 Marabáuro Teresina PI				Data Entrada		09/11/2017 22:30	
Convênio:		PLANITE				Data Alta		13/11/2017 12:08	
Setor Atendimento:		Ponto Europeia I - HSMI				Propriedade:		Promo Socorro	
Data		Nordeste	RR	EC	PA	PV	Temp	BOP Profissional	
DTEvolução		09/11/2017 12:41	13	68	140 / 90	38	98	ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA	
09/11/2017 23:20		Profissional				Tipo evolução			
		CAROLINE FAUSTO DE SOUSA				Aneúrias de Encefalogram			
<b>Anedocês de Enfermagem:</b>									
Admitido na semi-intensiva com HD Trauma de região Ne ? , Consciente, orientado, fásica, respirando sem aporte de O <sub>2</sub> punção avy com jelo no 20º políax. Nega HAS, DM e alergia medicamentosa. Realizado exames laboratoriais, ECG e Rato-X. Aguarda parecer do Cardiologista Segue sob cuidados da enfermagem.									
Análise de Encefalograma									
09/11/2017 23:40 CAROLINE FAUSTO DE SOUSA									
Administrado medicamento: Tramal 100 mg/2 mL Imj Ao-2 mL   Dose: 1 amp   Via: IV   Da prescrição: 883224   CAROLINE FAUSTO DE SOUSA   08/11/2017 23:35:00									
08/11/2017 23:50 NAILA CRISTINE ROCHA FARIAS DE SOUSA									
Enfermagem - Evolução									
Paciente admitido neste setor da internação com HD de acidente de carro segue com fratura nos braços foi punção acesso venoso com jelo+políax 2 vias administrado medicações segue sob cuidados.									
<b>Anedocês de Enfermagem</b>									
09/11/2017 00:28 CAROLINE FAUSTO DE SOUSA									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Imj, Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV   Da prescrição: 883224   CAROLINE FAUSTO DE SOUSA   09/11/2017 00:00:00									
09/11/2017 00:30 CAROLINE FAUSTO DE SOUSA									
Administrado medicamento: Thilad Imj, FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 883224   CAROLINE FAUSTO DE SOUSA   09/11/2017 00:00:00									
09/11/2017 00:40 CAROLINE FAUSTO DE SOUSA									
Administrado medicamento: Dramin 85 Dt Imj, Ap (3/5mg-10ml)   Dose: 1 amp   Via: IV   Da prescrição: 883224   CAROLINE FAUSTO DE SOUSA   09/11/2017 00:38:00									
09/11/2017 01:28 CAROLINE FAUSTO DE SOUSA									
Administrado medicamento: Cefazolina 1g Imj,   Dose: 2 FA   Via: IV   Da prescrição: 883290   CAROLINE FAUSTO DE SOUSA   09/11/2017 01:15:00									
09/11/2017 01:30 JOICE DE OLIVEIRA PEREIRA									
Enfermagem - Evolução									
Paciente internado com FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO / FRATURA DE BENNETT Respirando espontaneamente sem aporte de O <sub>2</sub> suplementar e mantendo bom padrão respiratório a oximetria de pulso. Acesso venoso periférico pévio, sem sinais flogísticos. Dieta por via oral.									
Eliminação fisiológicas presentes e espontâneas. Realizado exames laboratoriais, ECG, rx de tórax, rx da antebraço, rx da mão. Lesão avaliada pelo médico plantonista Dr. Renan, sem fratura exposta. Solicitado avaliação do ortopedista, Dr. Eduardo ciente. Solicitado e realizado imobilização em MMSS conforme prescrição do ortopedista. Aguarda parecer cardiológico e autorização de procedimento cirurgico. Segue aos cuidados.									
09/11/2017 01:48 NAILA CRISTINE ROCHA FARIAS DE SOUSA									
Enfermagem - Evolução									
Realizado ECG no leito foi colobado taia de gesso pelo técnico encaminhado para realizar RX de totax em seguida segue para apto com medicações e prontuario completo.									
09/11/2017 02:02 IVONILDE TEIXEIRA DULTRA									
Aneúrias de Encefalogram									
<b>Anedocês de Enfermagem:</b>									
RECEBO PACIENTE PROVINDENTE DA OBS COM HD DE TRAUMA DE REGIAO NE DO CORPO, CONSCIENTE, ORIENTADO FÁSICA, RESPIRANDO AA HV DIETA BRANDA, DIURESE ESPONTANEA, NEGA DM, HAS, NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA, AG PARCEIR DA CARDIA, REALIZOU NA OBS LAB ECG, EXAME DE IMAGEM SEQUE SOB CUIDADOS,									
09/11/2017 08:00 RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS									
Aneúrias de Enfermagem									
09/11/2017 15:38:23 RAFAELA									
Enfermagem									

[illegible]





1034703

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Nascimento: 07/03/1973 44a 8m 2d  
Data Entrada: 08/11/2017 22:30:03  
Médico Resp: Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)  
Prescritor: JACKELINE LARISSA MENDES DE  
Setor: Posto Europa I - HSM  
CID: T14 Traum da região NE do corpo  
Diretor Técnico Médico:  
Dietista:  
BRANDA

Alcova: 1.034.703  
Cotagem: PLANTE / APARTAMENTO  
Data Presc: 09/11/2017 11:53:52  
Validade: 09/11/2017 11:52:00  
Lote/Quarto: 09/11/2017 15:00:00 / 10/11/2017 14:59:59  
PARIS

1.034.703  
PLANTE / APARTAMENTO  
09/11/2017 11:53:52  
09/11/2017 11:52:00  
09/11/2017 15:00:00 / 10/11/2017 14:59:59  
PARIS

Continuo

**Dieta Branda**

Medicamento	Quantidade	Forma	Via	Observações
1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	1 Frasco	ACM	IV	ACM 2°
Administrar 500 Mililitros (ACM Intravenosa)				
9 Dramin B6 DL Inj. Ap (3/5mg-10ml)	1 Ampola	ACM	IV	ACM
Separar 10 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Minifac Frsc (100 ml)				
12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola	6/6 h.	IV	12
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL				
Tilatil Inj. FA (20 mg)	1 Frasco-ampola	12/12 h (12-24)	IV	12
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL				
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola	ACM	IV	ACM
Separar 1 Ampola de medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Minifac Frsc (100 ml)				

Procedimentos	Quantidade	Observações
2 Curativo Médio Porte	Agora.	23:29
20 Jelco Satisfazido	Agora.	23:09
28 Curativo Médio Porte	1x Manhã	10
41 Tala Gessada Antebraquial Manual	1 Vez	28:04

TALA LUVA INCLUINDO O POLEGAR

Lado: Direito

*Jackeline Larissa Mendes de Sousa*  
CRM 4105

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
18 JUN 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi







1034703

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Admissão	1.034.703	Prontuário	311.140
Nascimento	07/03/1973 44a 8m 3d	Contínua	PLANTE / APARTAMENTO		
Data Entrada	08/11/2017 22:30:03	Receita	10/11/2017 12:34:52	Prescrição	868283
Médico Resp	Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)	Data Bloqueio	10/11/2017 12:34:00		
Prescritor	JACKELINE LARISSA MENDES DE	Data Bloqueio	10/11/2017 15:00:00 / 11/11/2017 14:59:59		
Setor	Posto Europa I - HSM	Localização	PARIS		
CID	T14 Trauma de regiao NE do corpo				
Diretor Técnico Médico:					

Dieta: **BRANDA** Continuo

**Dieta Branda**

Medicamentos			
1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	1 Frasco ACM IV	ACM	3°
Administrar 500 Mililitros (ACM Intravenosa)			
9 Dramin B6 DL Inj. Ap (3/5mg-10ml)	1 Ampola ACM IV	ACM	
Separar 10 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)			
12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola 6/6 h. IV		
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Tilatil Inj. FA (20 mg)	1 Frasco-ampola 12/12 h (12-24) IV		
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola ACM IV	ACM	
Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)			

Procedimentos		
21 Jelco Salinizado	Agora.	23:05
29 Curativo Médio Porte	1x Manhã	10
42 Tala Gessada Antebraquial Manual	1 Vez	23:04
TALA LUVA INCLUINDO O POLEGAR		
Lado: Direito		

*Jackeline Larissa Mendes de Sousa*  
CRM 4105

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
19 JUN 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Celso de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi



SANTA MARIA

## Descrição Cirurgia

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 - Centro  
Centro-Norte CEP: 94022-470  
Teresina-PI

Paciente RONALDO PRAZERES CUNHA  
Prontuário 311.140  
Dt. Nascto. 07/03/1973 44  
Sexo Masculino  
Telefone 988960499  
Caracter Cir. Eletiva  
Setor Centro Cirúrgico I - HSM  
Convênio PLANTE

Cirurgia 21.318  
Prescrição 890.667  
Atendimento 1.034.703  
Dt. Início 11/11/2017 15:40  
Duração 320  
Cirurgião Eduardo Soares de Oliveira  
Anestesista Tiago Teixeira da Rocha Santiago  
Anestesia Geral

Observação  
Proced. Princ. 30721199 Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento Cirúrgico

Procedimento: 30721199 - Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante
2	Cirurgião Principal	392600	Eduardo Soares de Oliveira
3	Primeiro Auxiliar	390699	KAIRO ALDETRUDES DE ARAUJO
5	Anestesista	671	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
6	Instrumentador	38215	JOSÂNIA MARIA CORDEIRO DA
7	Circulante	95174	ANA PAULA ARAUJO RIBEIRO

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM-PI 4074

Quantidade: 1

4074  
4144  
3880  
Dr. Kairo Lima  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Quadril  
CRM-PI 4144 TEOT 14675

Quantidade: 1

Procedimento: 30731011 - Abertura De Bainha Tendinosa - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante
2	Cirurgião Principal	392600	Eduardo Soares de Oliveira
3	Primeiro Auxiliar	390699	KAIRO ALDETRUDES DE ARAUJO
5	Anestesista	671	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
6	Instrumentador	38215	JOSÂNIA MARIA CORDEIRO DA
7	Circulante	95174	ANA PAULA ARAUJO RIBEIRO

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM-PI 4074

4144  
3880  
Dr. Kairo Lima  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Quadril  
CRM-PI 4144 TEOT 14675

Quantidade: 1

Procedimento: 30731097 - Tenólise No Túnel Osteofibroso

Função	Descrição	Código	Participante
2	Cirurgião Principal	392600	Eduardo Soares de Oliveira
3	Primeiro Auxiliar	390699	KAIRO ALDETRUDES DE ARAUJO
5	Anestesista	671	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
6	Instrumentador	38215	JOSÂNIA MARIA CORDEIRO DA
7	Circulante	95174	ANA PAULA ARAUJO RIBEIRO

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM-PI 4074

4074  
3880  
Dr. Kairo Lima  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Quadril  
CRM-PI 4144 TEOT 14675

Quantidade: 1

Procedimento: 30722365 - Fratura De Bennett - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante
2	Cirurgião Principal	392600	Eduardo Soares de Oliveira
3	Primeiro Auxiliar	390699	KAIRO ALDETRUDES DE ARAUJO
5	Anestesista	671	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
6	Instrumentador	38215	JOSÂNIA MARIA CORDEIRO DA
7	Circulante	95174	ANA PAULA ARAUJO RIBEIRO

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM-PI 4074

4074  
3880  
Dr. Kairo Lima  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Quadril  
CRM-PI 4144 TEOT 14675

Quantidade: 1

Procedimento: 31403239 - Microneurólise Única

Função	Descrição	Código	Participante
2	Cirurgião Principal	392600	Eduardo Soares de Oliveira
3	Primeiro Auxiliar	390699	KAIRO ALDETRUDES DE ARAUJO
5	Anestesista	671	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
6	Instrumentador	38215	JOSÂNIA MARIA CORDEIRO DA
7	Circulante	95174	ANA PAULA ARAUJO RIBEIRO

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM-PI 4074

4074  
3880  
Dr. Kairo Lima  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Quadril  
CRM-PI 4144 TEOT 14675

Quantidade: 1

## Diagnóstico Pré-Operatório

FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO + FRATURA DE 1 METACARPO MÃO DIREITA

## Resumo Cirurgia

Impresso em: 14/11/2017 14:24:11

Página 1

MAYSAB

CATE158





1034703

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Atendimento	1.034.703	Prontuário	311.140
Nascimento	07/03/1973 44a 8m 1d Peso	Convênio	PLANTE / APARTAMENTO		
Data Entrada	08/11/2017 22:30:03	Liberação	08/11/2017 23:30:19	Prescrição	883250
Médico Resp	Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM	Data Prescr.	08/11/2017 23:29:00		
Prescritor	Renan Delano Gomes Brito (CRM 4100)	Validade	09/11/2017 00:00:00 / 09/11/2017 14:59:59		
Setor	Sala de Espera - HSM	Leito/Quarto	ESPERA 08		
CID	T14 Traum de região NE do corpo				
Diretor Técnico Médico:					

**Procedimentos/Serviços/Exames**

1 Curativo Médio Porte

Qtd / Intervalo

Agora.

Horários

23/30

Material

*Renan Delano G Brito*  
Renan Delano Gomes Brito  
CRM 4100



SANTA MARIA

HOSPITAL SANTA MARIA LTDA  
Prescrição Eletrônica Paciente



1034703

Paciente **RONALDO PRAZERES CUNHA**  
Nascimento: 07/03/1973 44a 8m 1d  
Data Entrada: 08/11/2017 22:30:03  
Médico Resp: Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM  
Prescritor: Eduardo Soares de Oliveira (CRM 4074)  
Guia: 1228244 Matric. Conv. 15098701  
Diretor Técnico Médico:

Atendimento 1.034.703  
Convênio PLANTE / APARTAMENTO  
Liberação 08/11/2017 23:13:53  
Data Prescr. 08/11/2017 23:04:00  
Validade 09/11/2017 00:00:00 : 09/11/2017 14:59:55  
Senha 1228244

Prontuário 311.140

Prescrição 883225

Procedimentos/Serviços/Exames

- 1 Coagulograma
- 2 Creatinina
- 3 Contagem de Plaquetas
- 4 Glicose em Jejum
- 5 Hemograma
- 6 Potássio ( K )
- 7 Sódio
- 8 Uréia
- 9 RX Tórax - 1 Incidência
- 10 Ecg Convencional De Até 12 Derivações
- 11 Tala Gessada Axilo-Palmar  
Lado: Esquerdo
- 12 Tala Gessada Antebraquial Manual  
TALA LUVA INCLUINDO O POLEGAR  
Lado: Direito
- 13 Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento Cirúrgico  
Lado: Esquerdo
- 14 Microneurólise Única  
Lado: Esquerdo
- 15 Tenólise No Túnel Osteofibroso  
Lado: Esquerdo
- 16 Abertura De Bainha Tendinosa - Tratamento Cirúrgico  
Lado: Direito
- 17 Fratura De Bennett - Tratamento Cirúrgico  
Lado: Direito

Qtd / Intervalo

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

1 Vez

Material

Sangue

Soro

Sangue

Soro

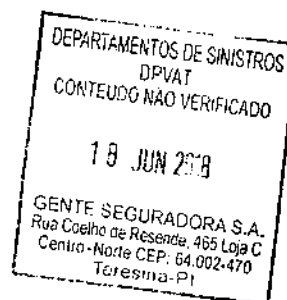
Sangue

Sangue e

Soro

Soro

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 07/03/2019 18:19:41  
CRM 4074



Impresso em 08/11/2017 23:15:04

Página 1

EDUARDOS / EDUARD

Sala de Espera - HSM

ESPERA 08

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA

leito/quarto:



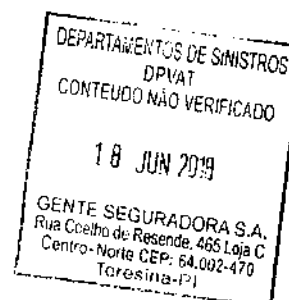


1034703

Paciente **RONALDO PRAZERES CUNHA** Atendimento **1.034.703** Prontuário **311.140**  
 Nascimento: **07/03/1973 44a 8m 1d** Convênio **PLANTE / APARTAMENTO**  
 Data Entrada **08/11/2017 22:30:03** Liberação **08/11/2017 23:13:53** Prescrição **883226**  
 Médico Resp **Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)** Data Prescr. **08/11/2017 23:04:00**  
 Prescritor **Eduardo Soares de Oliveira (CRM 4074)** Validade **09/11/2017 00:00:00 / 09/11/2017 14:59:59**  
 Guia **1228244** Matric. Conv. **15088701** Senha **1228244**  
 Diretor Técnico Médico:

Procedimentos/Serviços/Exames	Ord / Intervalo	Material
1 Coagulograma	1 Vez	Sangue
2 Creatinina	1 Vez	Soro
3 Contagem de Plaquetas	1 Vez	Sangue
4 Glicose em Jejum	1 Vez	Soro
5 Hemograma	1 Vez	Sangue
6 Potássio ( K )	1 Vez	Sangue e
7 Sódio	1 Vez	Soro
8 Uréia	1 Vez	Soro
9 RX Tórax - 1 Incidência	1 Vez	
10 Ecg Convencional De Até 12 Derivações	1 Vez	
11 Tala Gessada Axilo-Palmar	Agora.	
Lado: Esquerdo		
12 Tala Gessada Antebraquial Manual	1 Vez	
TALA LUVA INCLUINDO O POLEGAR		
Lado: Direito		
13 Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento Cirúrgico	1 Vez	
Lado: Esquerdo		
14 Microneurólise Única	1 Vez	
Lado: Esquerdo		
15 Tenólise No Túnel Osteofibroso	1 Vez	
Lado: Esquerdo		
16 Abertura De Bainha Tendinosa - Tratamento Cirúrgico	1 Vez	
Lado: Direito		
17 Fratura De Bennett - Tratamento Cirúrgico	1 Vez	
Lado: Direito		

*Eduardo Soares de Oliveira*  
**CRM 4074**



Impresso em 08/11/2017 23:14:11  
Página 1

Paciente: **RONALDO PRAZERES CUNHA**

Sala de Espera - HSM

**EDUARDOS / EDUARD**  
**ESPERA 08**  
leito/quarto:



HOSPITAL  
SANTA  
MARIA

HOSPITAL SANTA MARIA LTDA  
Parecer médico

Paciente RONALDO PRAZERES CUNHA

Atendimento 1034703

Especialidade origem Clínica Geral

Convênio: PLANTE

Especialidade destino Ortopedia / Traumatologia

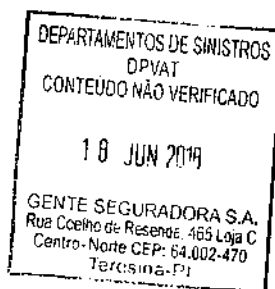
Motivo da Consulta

Acidente automobilístico

Fratura em radio distal

Data : 08/11/2017 23:12:13

*Renan Delenc G Brito*  
Renan Delenc Gomes Brito  
CRM 4100



Impresso em: 08/11/2017 23:12:20

Página 1

RENANO

CATE254






HOSPITAL <b>SANTAMARIA</b>	<b>PROCEDIMENTOS ORTOPÉDICOS</b>	DATA: ____/____/____
-------------------------------	----------------------------------	----------------------

<b>RELATÓRIO</b>	
NOME: <u>Ronaldo Prazeres Cunha</u>	PRONTUÁRIO: <u>1.034.703</u>
DIAGNOSTICO:	CONVÊNIO: <u>PLANTE</u>
TRATAMENTO: <u>Tala Azeite - Palmer</u>	
PROCEDÊNCIA:	RAIOS X:
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	
<div style="position: relative; width: 100%; height: 100%;"> <div style="position: absolute; top: 10px; right: 10px; border: 1px solid black; padding: 5px; transform: rotate(-5deg);"> DEPARTAMENTOS DE SINISTROS DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  19 JUN 2019  GENTE SEGURADORA S.A. Rua Cosme de Resende, 485 Loja C Centro - Niterói - RJ CEP: 54.002-470 FONE: (21) 2412-2121 </div> </div>	
ORTOPEDISTA: <u>D.M.</u>	

SALA DE GESSO								
MATERIAIS	UNID	QUANT.	MATERIAIS	UNID	QUANT.	SOLUÇÕES	UNID	QUANT.
LUVAS N° _____	PAR		SALTO ORTOPÉDICO			ÉTER	ML	
LUVAS N° _____	PAR		TALA METÁLICA			P.V.P.I DEGERMANTE	ML	
ATAD. ALGODÃO ORTOPÉDICO 15 CM	UNID	04	LÂMINA BISTURI			P.V.P.I TÓPICO	ML	
ATAD. ALGODÃO ORTOPÉDICO CM	UNID					ÁGUA OXIGENADA	ML	
ATAD. ALGODÃO ORTOPÉDICO CM	UNID							
ALGODÃO HIDRÓFILO	GRAMA							
ATAD. CREPON 15 CM	UNID	02						
ATAD. CREPON 12 CM	UNID	03						
ATAD. GESSADA 15 CM	UNID	01						
ATAD. GESSADA 10 CM	UNID	02						
ATAD. GESSADA CM	CM							
MALHA TUBULAR 10	CM							
GAZE 7,5 X 7,5	ENVELOPE							
ESPARADRAPO	CM							

  
ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA



## Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

18:42	Técnica Bloqueio + Geral	Profissional Tiago Teixeira da Rocha Santiago
-------	-----------------------------	--

Tipo	Anestesia	Descrição
Principal	BLOQUEIO AXILAR REALIZADO COM USG SEM INTERCORRENCIAS PRE-OXIGENAÇÃO +INDUÇÃO EV +IOT COM TOT N.8,0 COM CUFF MANUTENÇÃO COM FORANE 1%	

## Resumo de insumos utilizados

Apresentação comercial	Dose total	Qtde consumo	Dispensado
Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL	90 ml	9 amp	0
Bromoprida Inj. Ap (5mg/ml - 2ml)	1 amp	1 amp	0
Cefazolina 1g Inj.	2 FA	2 FA	0
Cetoprofeno Inj IV Fa (100mg)	1 amp	1 Fr	0
Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/m	1 amp	1 amp	0
Decadron 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	1 FA	1 FA	0
Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	2 amp	2 amp	0
Diprivan 10 mg/mL Inj. 20 mL	1 FA	1 FA	0
Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	2 amp	2 amp	0
Fentanil Espinhal 0,05 mg/mL Inj. Ap - 2	2 amp	2 amp	0
Ketamin 50 mg/mL Inj. Fr-ap-10 mL	1 FA	1 FA	0
Neocaina 0,5% C/V INJ (FA 1:200.000-20M	8 ml	8 ml	0
Prostigmine 0,5 mg Inj. Ap c/ 1ml	2 amp	2 amp	0
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	0 ml	0 Fr	0
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	4 Bs	4 Fr	0
Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100	200 ml	2 Fr	0
Sulfato de Atropina Inj. Ap (0,25mg - 1m	3 amp	3 amp	0
Tramal 50 mg/mL Inj Ap-1 mL	1 amp	1 amp	0



Impresso em 11/11/2017 21:14:36

Dr. Tiago Teixeira da Rocha Santiago (CRM 3880)

Página 2

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA

Setor: Centro Cirúrgico I - HSM

WATE61440

PARIS



## Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Dt. Entrada	08/11/2017
Data Nascto	07/03/1973	Setor	Posto Europa I - HSM
Idade	44 anos	Cir Realizada	Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento
Sexo	Masculino	Cirurgião	Eduardo Soares de Oliveira
Convênio	PLANTE	Anestesista	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
Cód usuário	15098701	Tipo anestes	Geral
Atendimento	1034703	Início cirurgia	11/11/2017
Prontuário	311140	Fim cirurgia	11/11/2017

## Agentes anestésicos / Terapia Hidroeletrolítica / Medicamentos

Apresentação comercial	Vel / dose Medida	Hal insp/	Dose total	Bolus	Inicio	Final
Atropina 0,25mg Inj. Ampola C/ 1ml	Sulfato de Atropina Inj. Ap (0,25mg - 1m)	3 Ampola		S	20:51	
Oxigênio	CILINDRO DE OXIGÊNIO WHITE MED	2 Litros por minuto		N	16:14	21:00
Cefazolina 1g Inj.	Cefazolina 1g Inj.	2 Frasco-		S	16:14	
Cetoprofeno Inj IV Fa (100mg)	Cetoprofeno Inj IV Fa (100mg)	1 Ampola		S	16:14	
Cloridrato De Ranitidina 25mg/ml Inj. Am	Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml)	1 Ampola		S	16:14	
Decadron 4mg/ml Inj. Frasco-ampola C/ 2	Decadron 4mg/ml Inj. (FA 2,5 ml)	1 Frasco-		S	16:18	
Dipirona Sódica 500 mg/mL Inj. Ap-2 mL	Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	2 Ampola		S	20:21	
Prostigmine 0,5mg/ml-1ml	Prostigmine 0,5 mg Inj. Ap c/ 1ml	2 Ampola		S	20:58	
Tramal 50 mg/mL Inj Ap-1 mL	Tramal 50 mg/mL Inj Ap-1 mL	1 Ampola		S	20:45	
SF 0,9% 500 ML	Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	1 Bolsa		S	16:11	
		1 Bolsa		S	18:05	
		1 Bolsa		S	19:35	
		1 Bolsa		S	20:50	
Diprivan 10 mg/mL Inj. 20 mL	Diprivan 10 mg/mL Inj. 20 mL	1 Frasco-		S	16:14	
Dormonid 5 mg/mL 3mL	Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	2 Ampola		S	16:15	
Fentanil espinal 0,1mg-2ml	Fentanil Espinal 0,05 mg/mL Inj. Ap - 2	2 Ampola		S	16:14	
Ketamin 50 mg/mL-10 mL	Ketamin 50 mg/mL Inj. Fr-ap-10 mL	1 Frasco-		S	16:15	
Neocaina 0,5% C/V INJ (FA 1: 200.000-20M	Neocaina 0,5% C/V INJ (FA 1: 200.000-20M	8 Mililitros		S	16:15	
Cisatracúrio Inj. Ap (10mg - 5ml)	Cisatracúrio Inj. Ap (10mg - 5ml)	5 Mililitros		S	16:15	
		2 Mililitros		S	18:36	
		2 Mililitros		S	20:24	
Isoflurano Fr-240 mL	Isoflurano Fr-240 mL	70 Mililitros		S	16:16	
Bromoprida 5mg/ml Inj. Ampola C/ 2ml	Bromoprida Inj. Ap (5mg/ml - 2ml)	1 Ampola		S	20:11	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
16 JUN 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 455 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

## Sinais Vitais e Monitorização

Ritmo	FC	PAS	PAD	PAM	FR	Temp	Sat O <sub>2</sub>	FVC	PAE	ST	MÁEC	PIC	BCF
bpm	mmHg	mmHg	mmHg	mmHg	mm	C°	%	mmHg	mmHg			mmHg	bpm
20:58	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
20:30	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
20:00	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
19:30	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
19:00	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
18:30	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
18:00	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
17:30	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
17:00	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
16:30	Sinusal	88	126	68	87	12	37	98					
16:00	Sinusal	88	134	78	96	12	37	98					

Descrição da técnica anestésica  
Técnica

Impresso em 11/11/2017 21:14:36

Dr. Tiago Teixeira da Rocha Santiago (CRM 3880)

Página 1

WATE61440

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA

Setor: Centro Cirúrgico I - HSM

PARIS



## Gráficos do Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

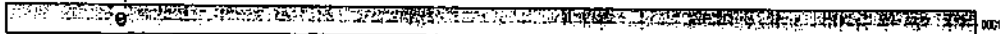
Diretor Técnico Médico:

Quadrado De Bandeira Simétrico, Apoio O/Bol.  
(simétrico - intra-encefal)



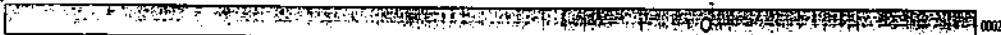
0001

Quadrado Simétrico, Apoio O/Bol.  
(simétrico - intra-encefal)



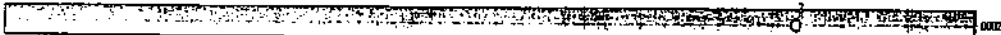
0001

Quadrado Simétrico, Apoio O/Bol.  
(simétrico - intra-encefal)



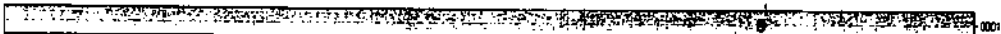
0002

Quadrado Simétrico, Apoio O/Bol.  
(simétrico - intra-encefal)

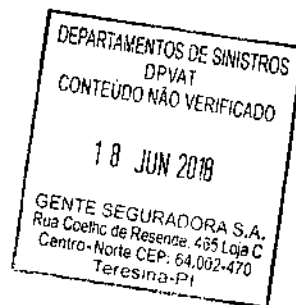


0002

Quadrado Simétrico, Apoio O/Bol.  
(simétrico - intra-encefal)



0001



Impresso em 11/11/2017 21:14:40

Página 2

RONALDO PRAZERES CUNHA

Dr. Tiago Teixeira da Rocha Santiago (CRM 3880)

Centro Cirúrgico I - HSM

WATE66008

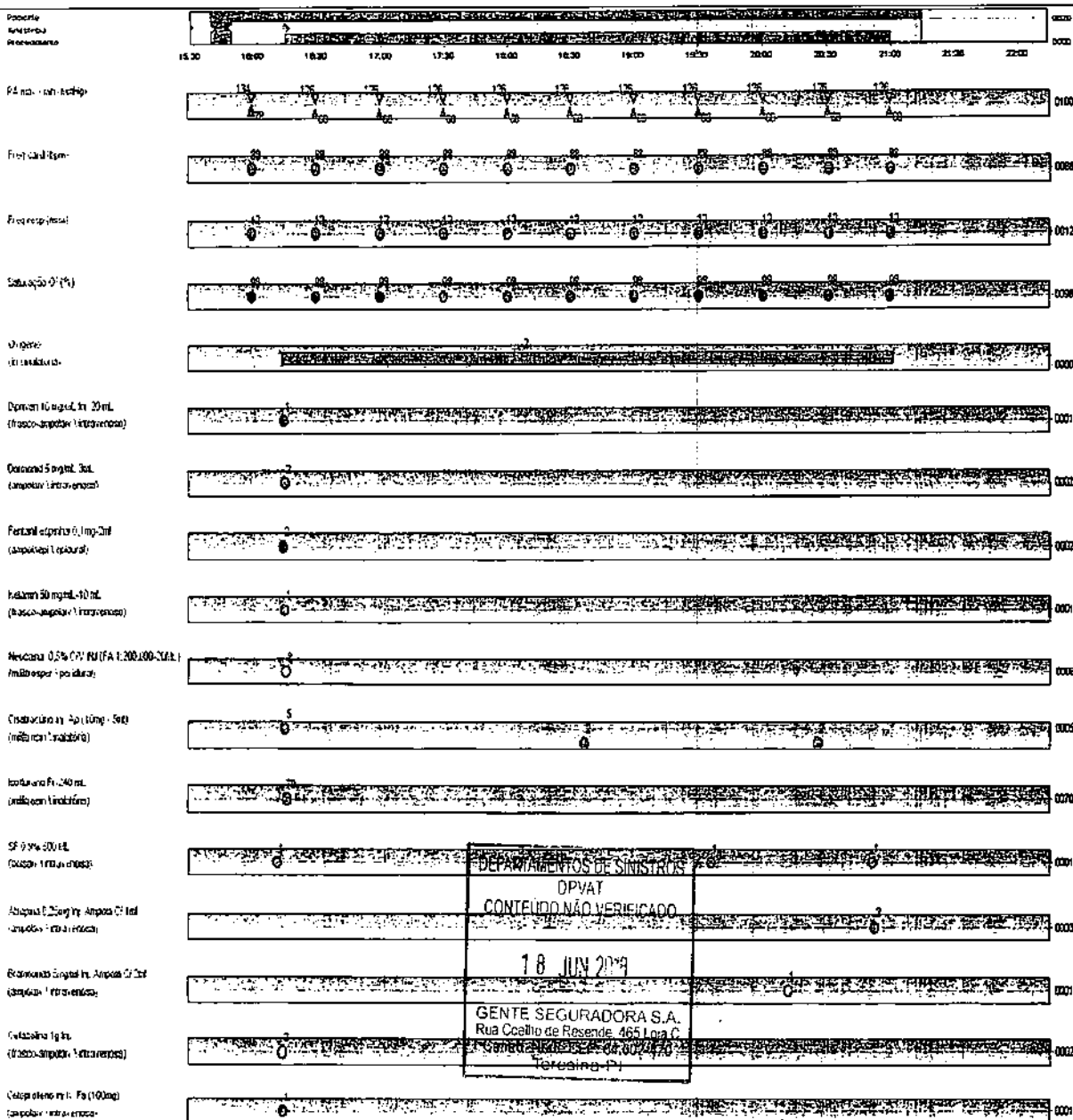
PARIS



# Gráficos do Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Dt. Entrada	08/11/2017
Data Nascto	07/03/1973	Setor	Posto Europa I - HSM
Idade	44 anos	Cir Realizada	Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento
Sexo	Masculino	Cirurgião	Eduardo Soares de Oliveira
Convênio	PLANTE	Anestesista	Tiago Teixeira da Rocha Santiago
Cód usuário	15098701	Tipo anestesia	Geral
Atendimento	1034703	Início cirurgia	11/11/2017 15:40:00
Prontuário	311140	Fim cirurgia	11/11/2017 21:00:12



Impresso em 11/11/2017 21:14:40

Dr. Tiago Teixeira da Rocha Santiago (CRM 3880)

Página 1

RONALDO PRAZERES CUNHA

Centro Cirúrgico I - HSM

WATE66008

PARIS





1034703

Paciente **RONALDO PRAZERES CUNHA**  
 Nascimento 07/03/1973 44a 8m 4d Peso  
 Data Entrada 08/11/2017 22:30:03  
 Médico Resp Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM  
 Prescritor Eduardo Soares de Oliveira (CRM 4074)  
 Setor Posto Europa I - HSM  
 CID T14 Trauma de região NE do corpo  
 Diretor Técnico Médico:  
 Recomendações

Atendimento 1.034.703 Prontuário 311.140  
 Convênio PLANTE / APARTAMENTO  
 Liberação 11/11/2017 21:24:18 Prescrição 891060  
 Data Prescr. 11/11/2017 21:19:00  
 Validade 11/11/2017 22:00:00 / 12/11/2017 14:59:59  
 Leito/Quarto PARIS

SSVV 8/6 h

Dietas

LIVRE

Dose

Intervalo  
Contínuo

Medicamentos

Dose / Intervalo / Via

Horário

1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)

2 Frasco 12/12 h (12-24) IV

Administrar 1000 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa)

7 KEFAZOL 1G INJ.

1 Frasco-ampola 8/8 h. IV

Reconstituir cada Frasco-ampola em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
 Administrar 10 Mililitros (8/8 h. Intravenosa)  
 Justificativa: POS-OP

9 Omeprazol Inj. Fa (40 mg Pó Liof)

1 Frasco-ampola 24/24 h IV

Reconstituir cada 1 Frasco-ampola em 1 Ampola de Diluente próprio do medicamento  
 Administrar 10 Mililitros (24/24 h Intravenosa)  
 Justificativa: POS-OP

Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml)

1 Ampola ACM IV

Separar 4 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
 Administrar 104 Mililitros (ACM Intravenosa)

12 Cloridrato de Tramadol 50 mg/mL Inj. Ap-1 mL

1 Ampola 6/6 h. IV

Separar 1 Mililitro do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
 Administrar 101 Mililitros (6/6 h. Intravenosa)

Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)

2 Ampola 6/6 h. IV

Separar 4 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
 Administrar 14 Mililitros (6/6 h. Intravenosa)

Tilatil Inj. FA (20 mg)

1 Frasco-ampola 12/12 h (12-24) IV

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
 Administrar 12 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa)

13 Enalapril Cp (10 mg)

1 Comprimido ACM VO

Paracetamol 750mg Cp.

1 Comprimido revestido

DEPARTAMENTO DE SINCRONIZAÇÃO  
 DPVAT  
 CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
 16 JUN 2019  
 GENTE SEGURADORA S.A.  
 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
 Centro - Norte CEP: 64.002-470  
 Teresina-PI

Eduardo Soares de Oliveira  
 CRM 4074







1034703

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Nascimento: 07/03/1973 44a 8m 4d Resol  
Data Entrada: 08/11/2017 22:30:03  
Médico Resp: Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM  
Prescritor: JACKELINE LARISSA MENDES DE  
Setor: Posto Europa I - HSM  
CID: T14 Traum da região NE do corpo  
Diretor Técnico Médico:

Admissão: 1.034.703 Pronto Soc 311.140  
Convênio: PLANTE / APARTAMENTO  
Urgência: 11/11/2017 10:30:30 890313  
Data Presc: 11/11/2017 10:28:00  
Validade: 11/11/2017 15:00:00 / 12/11/2017 14:59:59  
Leito/Quarto: PARIS

BRANDA

Contínuo

Dieta Branda

1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	1 Frasco ACM IV	ACM	4 °
Administrar 500 Mililitros (ACM Intravenosa)			
9 Dramin B5 DL Inj. Ap (3/5mg-10ml)	1 Ampola ACM IV	ACM	
Separar 10 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)			
12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola 6/6 h. IV	18 00 06 (12)	
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Tilatil Inj. FA (20 mg)	1 Frasco-ampola ACM IV	ACM	
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola ACM IV	ACM	
Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)			
22 Jelco Salinizado	Agora.	23:09	
30 Curativo Médio Porta	1x Manhã	07	

*Jackeline Larissa Mendes de Sousa*  
CRM 4105



Impresso em: 11/11/2017 10:30:46

Página 1

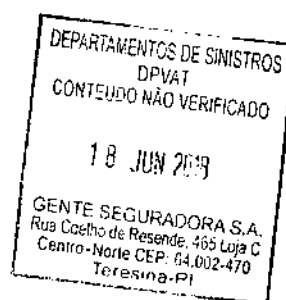
JACKELINE

CATE144



Paciente **RONALDO PRAZERES CUNHA**Atendimento **1.034.703**Data Nasc. **07/03/1973** **44** AnosProntuário **311140**Sexo **M**Convênio **PLANTE**Telefone **988960499**Dt. Prevista **11/11/2017 14:00**Procedimento Principal **Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento**Data Real **11/11/2017 15:40**Médico Cirurgião **Eduardo Soares de Oliveira**Duração **60**Médico Anestesiista **Tiago Teixeira da Rocha Santiago**Cirurgia Nº **21318**

Medicamentos	Unidad. Medid.	Quantidade
Bromoprida Inj. Ap (5mg/ml - 2ml)	amp	1
Cefazolina 1g Inj.	FA	2
Cetoprofeno Inj IV Fa (100mg)	Fr	1
Clonidina Inj Ap (150 mcg/mL - 1mL)	amp	1
Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml - 2ml)	amp	1
Cloridrato de Tramadol 100 mg/2 mL Inj. Ap - 2 mL	amp	1
Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	FA	1
Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	amp	2
Fentanil Espinhal 0,05 mg/mL Inj. Ap - 2 mL	amp	2
Isoflurano Fr-240 mL	ml	70
Prostigmine 0,5 mg Inj. Ap c/ 1ml	amp	2
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	Fr	3
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	Fr	4
Sulfato de Atropina Inj. Ap (0,25mg - 1ml)	amp	4
Materiais	Unidad. Med.	Quantidade
Aguilha 30x8 Desc.	un	1
Aguilha 40x12 Desc.	un	3
Campo Operatório Estéril 25x28cm Pré-Lavado c/5	un	20
Campo Operatório Estéril 25x28cm Pré-Lavado c/5	un	15
Campo Operatório Estéril 25x28cm Pré-Lavado c/5	un	10
Cetamina 50 mg/mL Inj. ap 2 mL	amp	1
Eletrodo Descartável	un	15
Equipo Padrão (Eurofix p/ Soro Gotas Filtro)	un	1
Filtro Bacteriano Adulto p/ Respirador	un	1
Gaze Estéril 7,5x7,5 13 Fios C/ 10 Unds	pct	3
Gaze Estéril 7,5x7,5 13 Fios C/ 10 Unds	pct	10
INTROCAN G18X1 3/4"	un	2
INTROCAN G20X1 1/4"	un	2
INTROCAN G22X1"	un	2
INTROCAN G24X3/4"	un	1
Lâmina Bisturi N:15 Feather	un	1
Lâmina Bisturi N:15 Feather	un	1
Lâmina Bisturi N:24 Feather	un	1
Lâmina Bisturi N:24 Feather	un	1
Luva Cirúrgica Estéril 6,5	Par	1
Luva Cirúrgica Estéril 7,0	Par	4
Luva Cirúrgica Estéril 7,5	Par	3
Luva Cirúrgica Estéril 8,0	Par	3
Mononylon 4-0 14502 T	env	4
Mononylon 4-0 14502 T	env	1
SERINGA S/AG.05ML	un	1
SERINGA S/AG.10ML	un	2
SERINGA S/AG.20ML	un	2
Sonda Asp. Traqueal 12	un	1
Sonda Nasal Tipo Óculos	un	1
Torneirinha 3 vias descartavel	un	1
Transolfix	un	1
Tubo Endot. C/cuff 7,5	un	1



Paciente RONALDO PRAZERES CUNHA

Data Nasc. 07/03/1973 44 Anos

Sexo M

Telefone 988960499

Procedimento Principal Fraturas E/Ou Luxações Do Punho - Tratamento

Médico Cirurgião: Eduardo Soares de Oliveira

Médico Anestesista: Tiago Teixeira da Rocha Santiago

Atendimento 1.034.703

Prontuário 311140

Convênio PLANTE

Dt. Prevista 11/11/2017 14:00

Data Real 11/11/2017 15:40

Duração 60

Cirúrgia Nº 21318

Vicryl 4-0 J304H

env 2

Vicryl 4-0 J315H

env 2

11 de Novembro de 2017

Assinatura Circulante

Tiago Teixeira da  
Médico Anestesista

01 - Placa bloqueada Dupla Filária  
09 - Parafuso bloqueados  
01 - Fio de Kirschner  
04 - Placa bloqueada unimolar  
03 - Parafuso bloqueados  
02 - Parafuso cortical

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI



**ALTA DA SRPA PARA UNIDADE INTERNA**

*Rafaela Drazon*

**POSTO/APTO**

CANTORES ( ) APTO.: ( )  
 EUROPA ( ) APTO.: Paris  
 FILÓSOFOS ( ) APTO.: ( )  
 PÁSSAROS ( ) APTO.: ( )  
 PLANETAS ( ) APTO.: ( )

**ACOMODAÇÃO:**

(limpa e arrumada?) ☒ (X)

Por: Tessica

CONFIRMAR ACOMPANHANTE: ☒ (X) Por: Felipe

**PASSAR PACIENTE A UNIDADE DE DESTINO:**

☒ (X) Por: Felipe

(procedimento anestesia, tipo de acesso, dieta, diurese, drenos, cateteres ou  
 peça exames)

**PROVIDENCIAR TRANSPORTE DO PACIENTE:**

☒ (X) Por: Felipe

ALTA DA SRPA: Por: M. Tiago

SRPA.01.2016

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
 DPVAT  
 CONTEUDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
 Rua Celso de Resende, 465 Loja C  
 Centro-Norte CEP: 64.002-470  
 Teresina-PI





1034703

Paciente **RONALDO PRAZERES CUNHA**  
Nascimento 07/03/1973 44a 8m 5d  
Data Entrada 08/11/2017 22:30:03  
Médico Resp **Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM**  
Prescritor **Eduardo Soares de Oliveira (CRM 4074)**  
Setor **Posto Europa I - HSM**  
CID **T14 Traum de regioe NE do corpo**  
Diretor Técnico Médico:

1.034.703  
PLANTE / APARTAMENTO  
12/11/2017 12:05:00  
12/11/2017 12:03:00  
12/11/2017 15:00:00 / 13/11/2017 14:59:59  
PARIS

311.140  
891609

Procedimento:

1 Tala Gessada Axilo-Palmar

**TALA AXILOPALMAR EM SUPINAÇÃO (PALMA DA MÃO PRA CIMA)**

Lado: Esquerdo

1 Vez

15

*Eduardo Soares de Oliveira*  
**CRM 4074**

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM - PE 4074

12 NOV 2017





SANTA

## Descrição Cirurgia

OSTEOSSINTESE RADIO DISTAL ESQUERDO + OSTEOSSINTESE DE 1 METACARPO MÃO DIREITA

### Diagnóstico Pós-Operatório

FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO + FRATURA DE 1 METACARPO MÃO DIREITA

### Exame Radiológico

### Exame Anatomopatológico

### Achados operatórios

PERDA OSSEA AO NIVEL DA REGIÃO METAFISARIA DO RADIO DISTAL E + BASE DO 1 MTC D

### Cirurgia

CIRURGIA DO LADO ESQUERDO (FRATURA DE RADIO DISTAL)

PACIENTE EM DECUBITO DORSAL COM MSE SOBRE MESA DE APOIO, SOB ANESTESIA

ASSEPSIA + ANTISSEPISIA

ISQUEMIA COM FAIXA DE ESMARCH

ACESSO VOLAR TIPO HENRY, DISSECÇÃO POR PLANOS, REALIZADO NEURÓLISE DESCOMPRESSIVA DO NERVO MEDIANO. REALIZADO DESEMPACTAÇÃO DE FRAGMENTOS ARTICULARES E VISUALIZADO PERDA OSSEA LOCAL NA REGIÃO METAFISARIA.

ACESSO DORSAL AO NIVEL DO PUNHO, TENÓLISE DO TUNEL OSTEOFIBROSO AO NIVEL DO TUBERCULO DE LISTER, REALIZADO DESEMPACTAÇÃO DE FRAGMENTOS ARTICULARES, REALIZADO REDUÇÃO CRUENTA + FIXAÇÃO PROVISÓRIO COM 3 FIOS DE KIRSCHNER COLOCAÇÃO DE PLACA VOLAR BLOQUEADA/PARAFUSOS

CONTROLE RADIOLÓGICO OK

RETIRADO FIOS DE KIRSCHNER

SUTURA POR PLANOS DOS ACESSOS + CURATIVO LOCAL + TALA

RETIRADO FAIXA DE ESMARCH COM PERFUSÃO PERIFÉRICA PRESERVADA

CIRURGIA DO LADO DIREITO (FRATURA DO 1 METACARPO DIREITO)

PACIENTE EM DECUBITO DORSAL COM MSE SOBRE MESA DE APOIO, SOB ANESTESIA

ASSEPSIA + ANTISSEPISIA

ISQUEMIA COM FAIXA DE ESMARCH

ACESSO LONGITUDINAL NA FACE RADIAL DO 1 METACARPO, DISSECÇÃO POR PLANOS, REALIZADO TENÓLISE DO TUNEL OSTEOFIBROSO AO NIVEL DO 1 COMPARTIMENTO TENDINEO EXTENSOR, REALIZADO DESEMPACTAÇÃO DE FRAGMENTOS ARTICULARES, REALIZADO REDUÇÃO CRUENTA + FIXAÇÃO PROVISÓRIO COM PARAFUSOS INTERFRAGMENTARIOS + COLOCAÇÃO DE PLACABLOQUEADA/PARAFUSOS

CONTROLE RADIOLÓGICO OK

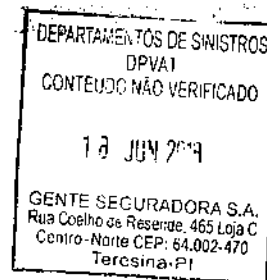
SUTURA POR PLANOS DO ACESSO + CURATIVO LOCAL + TALA

RETIRADO FAIXA DE ESMARCH COM PERFUSÃO PERIFÉRICA PRESERVADA

Seq. Tipo Tempo

Qt. Minuto Observação

*Eduardo Soares da Oliveira*  
CRM 4074



Impresso em: 14/11/2017 14:24:12

Página 2

MAYSAB

CATE158





10/11/17 - 11/11/17

RONALDO PRAZERES CUNHA									
07/03/1973 44 Anos Sexo Masculino 1034703 1034703 1034703									
Rua Antônio Pedro - QUADRA G CASA 38 Mandourô Teresina PI									
PLANTE									
Peste Europeia I - HSM									
Prontuário Pronto Socorro									
Data Hora TR FC PA PV Temp SO Prontuário									
10/11/2017 12:05 12 21 67 130 36 98 KLEBER GOMES DA SILVA									
10/11/2017 18:03 18 21 75 130 36 98 FRANCISCA RIBEIRO MATOS									
11/11/2017 01:38 2 17 78 140 36 98 MARIA DE JESUS CAETANO IZIDORO									
Análise de Dados									
FRANCISCA RIBEIRO MATOS									
10/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 18:58									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   FRANCISCA RIBEIRO MATOS   10/11/2017 18:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
10/11/2017 23:38									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 00:00:00									
11/11/2017 04:00									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   RAVANA LETICIA GOMES DOS SANTOS   11/11/2017 06:00:00									
11/11/2017 11:21									
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)   Dose: 1 amp   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/2017 12:21									
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg)   Dose: 1 FA   Via: IV									
Da prescrição: 888283   ALESSANDRA FONTINELE DE SOUSA   11/11/2017 12:00:00									
11/11/201									



SANTA MARIA

Relatório Consolidado de ENFERMAGEM

11/11/17 - 12/11/17

1034703

RONALDO PRAZERES CUNHA													
Paciente	07/03/1973	44 Anos	Sexo	Masculino	Atendimento	1034703							
Rua Antonio Pedro - QUADRA G CASA 38 Matadouro Teresita PI	Prontuário 311140												
PLANTE	Data Entrada 06/11/2017 22:30												
Posto Europa I - NSM	Data Aus 12/11/2017 12 08												
Procedência	SALA 1												
Pronto Socorro													
Horário	FR	FC	PA	PR	Temp	PR	Temp	PR	Temp				
11/11/17 16:00	16	12	88	134	78	37	68	134	78				
11/11/17 16:20	16	12	88	134	78	38,4	68	134	78				
11/11/17 16:30	17	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 17:00	17	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 17:30	18	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 18:00	18	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 18:30	18	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 19:00	19	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 19:30	20	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 20:00	20	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 20:30	21	12	88	128	68	37	68	128	68				
11/11/17 20:50	21	12	88	128	68	37	68	128	68				
12/11/17 02:08	2	18	89	140	80	34	65	JESSICA PATRICIA ABREU DA SILVA					
Enfermagem - Evolução													
11/11/2017 15:40 ANA PAULA ARAUJO RIBEIRO													
Paciente admitido no CCU para TIO DE FRATURAS OU LUXAÇÕES DO PUNHO PELO DR. EDUARDO VIEIRA DE ARAUJO, CONSCIENTE, ORIENTADO, COM PRONTUÁRIO PUNÇIONADO AVP COM JELCO N22 EM MIE E REALIZADO ANESTESIA GERAL PELO DR. TIAGO SEGUE EM PROCEDIMENTO CIRÚRGICO.													
ENCAMINHADO PARA SRPA NO POI DE FRATURAS DE PUNHO, SOB EFEITO DE ANESTESIA GERAL, EM SOROTERAPIA, RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA, PUNHOS COM TALAS GESSADAS, SEGUE SOB CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM, PRONTUÁRIO COM RX.													
11/11/2017 22:52 FELICIA DE SENA VEIRA													
CONSCIENTE, FÁSICO, SOROTERAPIA, MSE COM TIPOIA+ MSD COM CURATIVO LIMPO E SECO. EXAMES NO PRONTUÁRIO, SEGUE SOB CUIDADOS. ALTA DA SRPA.													
11/11/2017 23:50 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Paracetamol 750mg Cp.   Dose: 1 cp re   Via: VO   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição: 891060   FRANCINALDA SOUSA DA SILVA   11/11/2017 22:00:00													
Análises de Enfermagem: cliente retornou do cc em poi de fratura ou luxação do punho, com efeito de anestesia, respiração ambiente, hv funcionando em mini, dieta livre nutricional, diurese espontânea sob os cuidados da equipe.													
11/11/2017 23:10 FRANCINALDA SOUSA DA SILVA													
Administrado medicamento: Omeprazol 10mg Pó   Dose: 1 FA   Via: IV   Da prescrição:													



<b>SANTA MARIA</b>		<b>Relatório Consolidado de ENFERMAGEM</b>		DPVAT PLUS 1034703	
11/11/17 - 12/11/17					
Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Algoritmo	1034703		
Data Nasci	07/03/1973	Sexo	Masculino	311140	
Endereço	Rua Antonio Pedro - QUADRA G CASA 38 Itapadouro Teresina PI	Data Entrada	08/11/2017 22:30		
Convênio	PLANTE	Data Alta	13/11/2017 12:08		
Sede Aladi	Posto Europa I - HSM	Procedimento	Promo Suporte	Unidade	SALA 1
Classificação da Tração	80	12/11/17 12:43:18	1 IV	KLEBER GOMES DA SILVA	
Oncofazol Inj. Fa 140 mg Pó	1/11/17 23:23:12	1 IV		FRANCINALDA SOUSA DA	
KEFAZOL 1G INJ.	1/11/17 23:23:03	1 IV		FRANCINALDA SOUSA DA	
KEFAZOL 1G INJ.	12/11/17 08:39:37	1 IV		JESSICA PATRICIA ABREU	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Feresens, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

Impresso em: 18/11/2017 15:22:38	Página 3	HYCHELY	CATE151
Desafio:			



SANTA MARIA

# HOSPITAL SANTA MARIA

Prescrição Eletrônica Paciente

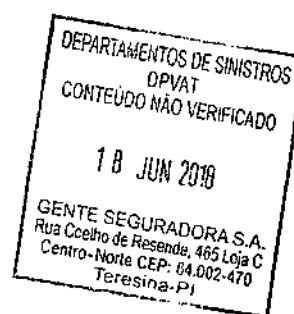


1034793

paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Matrícula	0.004.700	Prontuário	311.140
endereço	07030-970 44a Grd Ed Pass	Convênio	SANTA/APARTAMENTO		
dt- Entrada	12/11/2017 22:00:03	Liberação	12/11/2017 11:23:32	Prescrição	891547
encar Rego	Dr. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)	Data Presc	12/11/2017 11:22:00		
responsor	Manoel Luciano Alves da Fonseca (CRM)	Validade	12/11/2017 15:00:00 / 13/11/2017 14:59:59		
ator	Posto Europa I - HSM	Latex/Quar	NÃO		
ID	T14 Trauma de região NE do corpo				
13 Enalapril Co 10 mg	1 Comprimido	DOZ VO		ACR	

Paracetamol 750mg Co	1 Comprimido	DOZ VO	22 08 14
----------------------	--------------	--------	----------

Procedimentos/Serviços/Exames	Qtd / 1	Valor	Horários	Material
0 Jeico Salinizado	1	23.08		
0 Curativo Médio Fenda	1	10		



Impresso em: 12/11/2017 11:23:40

Página 2

MANOEL

PAGE 144



**HOSPITAL SANTA MARIA**  
Prescrição Eletrônica Pa



1034703

Paciente: **RONALDO PRAZERES CUNHA**  
 Nascimento: 17/05/1973 24a 8m: 5d Peso  
 Data Entrada: 12/11/2017 22:00:03  
 Médico Resp: **Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)**  
 Prescritor: **Elaniel Luciano Alves da Fonseca (CRM)**  
 Autor: **Posto Europa I - MSM**  
 ID: **T14 Trauma de região NE do corpo**  
 Autor Técnico Médico:  
 Medicamentos: **13 Maleato De Dextrofenilamina 2mg Cp.**  
 Dose / Intervalo: **1 Comprimido**

Atendimento: 1034703 Prontuário: 311.140  
 Convênio: PLANTE / APARTAMENTO  
 Liberação: 12/11/2017 11:33:12 Prescrição: 891566  
 Data Pres: 12/11/2017 11:28:00  
 Validade: 12/11/2017 15:00:00 - 13/11/2017 14:59:59  
 Eitor/Cria: PARIS

Ata	Horários	D
1034703	22:00	14



Impresso em: 12/11/2017 11:33:22

Página: 1

MANOELL

CATE144





**HOSPITAL SANTA MARIA TDA**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1034703

Paciente: **RONALDO PRAZERES CUNHA** Atendimento: **1034703** Prontuário: **311.140**  
 Nascimento: **07/03/1973** 44a 8m 5d Sexo: **Peso** Convênio: **PLANTE / APARTAMENTO**  
 Data Entrada: **08/11/2017 22:30:03** Liberação: **12/11/2017 11:43:47** Prescrição: **891680**  
 Médico Resp: **Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)** Data Presc: **12/11/2017 11:42:50**  
 Prescritor: **Eduardo Soares de Oliveira (CRM 4074)** Validade: **12/11/2017 15:00:00 / 13/11/2017 14:59:59**  
 Local: **Posto Europa 1 - HSM** Leito/Quar: **PARIS**  
 ID: **T14 Trauma de região NE do corpo**  
 Diretor Técnico Médico:

Procedimentos/Serviços/Exames	Qtd / In	Valor	Horários	Material
1 RX Mão Ou Quilodactilo	1	-	15	
Lado: Direito				
2 RX Punho	1	2	15	
Lado: Direito				

*Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA*

**EDUARDO S. DE OLIVEIRA**  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM - PI 4074

**12 NOV 2017**

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

**18 JUN 2018**

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

Impresso em: 12/11/2017 11:44:04

Página 1

EDUARDOS

CATE144



CATE151

RACHELYT

Página 2

Server:

Imprimado em: 13/11/2017 15:33:15

Coleção:

**SANTA  
MARIA**

**Relatório Consolidado de ENFERMAGEM**

12/11/17 - 13/11/17

1034703

Paciente: RONALDO RUAZES CUNHA

Data Nascido:

01/03/1973

Sexo: Masculino

Endereço:  
Rua Antonio Pedro - QUADRA G CASA 38 Maladouro Teresina PI

Condicion:

PLANTE

Sócio Aluno:

Ponto Europa I - HSM

Procedimento: Pronto Socorro

Atendimento: 1034703

Previdência: 3111-40

Onde Entrou: 08/11/2017 22:30

Data Alta: 13/11/2017 12:08

Unidade: SALA 1

13/11/2017 06:08 MARIA DE JESUS CAETANO IZIDORO

Administrado medicamento: Maleato De Dextclorfeniramina 2mg Cp. | Dose: 1 cp | Via: VO | Da  
prescrição: B91556 | MARIA DE JESUS CAETANO IZIDORO | 13/11/2017 06:00:00 |

Medicamentos Administrados

Medicamento	Dose	Via	Freq.	Obs.	Quant. Usada	Quant. Disponível	Ack	Reação	Comentário
Paracetamol 750mg Cp.	1 VO	VO			1 VO				
KEFAZOL 16 ML	12/11/17 15:50:08	1 IV			1 IV				
Soro Fisiológico 0,9% Eofac	12/11/17 23:44:10	2 IV			2 IV				
Dipirona Sódica IM Ap	12/11/17 18:07:42	1 IV			1 IV				
Dipirona Sódica IM Ap	12/11/17 23:44:32	1 IV			1 IV				
Dipirona Sódica IM Ap	13/11/17 06:05:08	1 IV			1 IV				
Paracetamol 750mg Cp.	12/11/17 23:08:44	1 VO			1 VO				
Paracetamol 750mg Cp.	13/11/17 06:05:30	1 VO			1 VO				
Tetrin IM FA (20 mg)	12/11/17 23:44:39	1 IV			1 IV				
Clonidinato de Transmudal 50	12/11/17 18:07:26	1 IV			1 IV				
Clonidinato de Transmudal 50	12/11/17 23:44:25	1 IV			1 IV				
Clonidinato de Transmudal 50	13/11/17 06:05:00	1 IV			1 IV				
Cimetprazol IM Fa (40 mg Po	12/11/17 18:07:06	1 IV			1 IV				
Meloxicam Oe Dextclorfeniramina	12/11/17 23:08:28	1 VO			1 VO				
Maleato Dia Dextclorfeniramina	13/11/17 06:08:52	1 VO			1 VO				

[illegible]



1034703

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA			Atendimento	1.034.703	Prontuário	311.140
Nascimento	07/03/1973	44a 8m 6d	Peso	Convênio	PLANTE / APARTAMENTO		
Data Entrada	08/11/2017 22:30:03			Liberção	13/11/2017 11:31:18	Prescrição	893852
Médico Resp	Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM)			Data Prescr.	13/11/2017 11:31:00		
Prescritor	JACKELINE LARISSA MENDES DE			Validade	13/11/2017 15:00:00 / 14/11/2017 14:59:59		
Setor	Posto Europa I - HSM			Leito/Quarto	PARIS		
CID	T14 Traum de regioe NE do corpo						

Diretor Técnico Médico:

Recomendações:

SSVV 6/6 h

Dietas

LIVRE

Contínuo

BRANDA

Contínuo

**Dieta Branda**

Medicamentos

Dose / Intervalo / Via

Horários

D

1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)

1 Frasco ACM IV

ACM

6°

Administrar 500 Mililitros (ACM Intravenosa)

9 Dramin B6 DL Inj. Ap (3/5mg-10ml)

1 Ampola ACM IV

ACM

Separar 10 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Omaprazol Inj. Fa (40 mg Pó Liof)

1 Frasco-ampola 24/24 h IV

15

Reconstituir cada 1 Frasco-ampola em 1 Ampola de Diluente próprio do medicamento

Justificativa: POS-OP

Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml)

1 Ampola ACM IV

ACM

Separar 4 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

12 Clordrato de Tramadol 50 mg/mL Inj. Ap-1 mL

1 Ampola 6/6 h. IV

18 00 06 12

Separar 1 Mililitro do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)

2 Ampola 6/6 h. IV

18 00 06 12

Separar 4 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)

1 Ampola 6/6 h. IV

18 00 06 12

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Tilatil Inj. FA (20 mg)

1 Frasco-ampola ACM IV

ACM

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Tilatil Inj. FA (20 mg)

1 Frasco-ampola 12/12 h (12-24) IV

00

12

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL

1 Ampola ACM IV

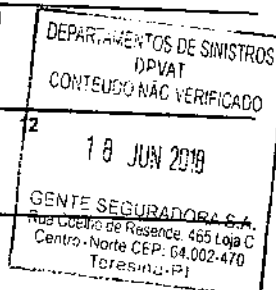
ACM

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

13 Enalapril Cp (10 mg)

1 Comprimido ACM VO

ACM



Impresso em: 13/11/2017 11:31:32

Página 1

JACKELINE

CATE144





1034703

Paciente	<b>RONALDO PRAZERES CUNHA</b>			Atendimento	<b>1.034.703</b>	Prontuário	<b>311.140</b>
Nascimento	<b>07/03/1973</b>	<b>44a 8m 8d</b>	<b>Peso</b>	Convênio	<b>PLANTE / APARTAMENTO</b>		
Data Entrada	<b>08/11/2017 22:30:03</b>			Liberção	<b>13/11/2017 11:31:18</b>	Prescrição	<b>893852</b>
Médico Resp	<b>Dra. JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA (CRM</b>			Data Prescr.	<b>13/11/2017 11:31:00</b>		
Prescritor	<b>JACKELINE LARISSA MENDES DE</b>			Validade	<b>13/11/2017 15:00:00 / 14/11/2017 14:59:59</b>		
Setor	<b>Posto Europa I - HSM</b>			Leito/Quarto	<b>PARIS</b>		
CID	<b>T14 Traum de regiao NE do corpo</b>						

Maleato De Dexclorfeniramina 2mg Cp.

1 Comprimido 8/8 h. VO

22 06 14

Paracetamol 750mg Cp.

1 Comprimido revestido 8/8 h. VO

22 06 14

**Procedimentos/Serviços/Exames**

2 Taia Gessada Axilo-Palmar

**TALA AXILOPALMAR EM SUPINAÇÃO (PALMA DA MÃO PRA CIMA)**

Lado: Esquerdo

24 Jelco Salinizado

34 Curativo Médio Porte

Ord / Intervalo

1 Vez

Horários

15

Material

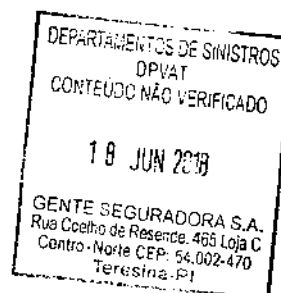
Agora.

23:09

1x Manhã

10

*Jackeline Larissa Mendes de Sousa*  
**CRM 4105**



SANTA

HOSPITAL SANTA TEREZINHA LTDA  
Sumário de alta/transferência

Paciente	RONALDO PRAZERES CUNHA	Atendimento	1.034.703	Prontuário	311 140
Data Nasc.	07/03/1973 44 Anos	Di. Entrada	06/11/2017 22:30:03		
Sexo	Masculino	Convênio	PLANTE		
Sector	Posto Europa I - HSM	Apartamentos	PARIS		
		Leitos			
Data Alta	13/11/2017 12:27:55	Data Liberação	13/11/2017 12:28:16		
Profissional	JACKELINE LARISSA M. DE SOUSA	Tipo Sumário	Alta		
Motivo Alta	Alta médica				
Sector					
Responsável Alta	Eduardo Soares de Oliveira				
Necropsia					
Causa da Morte					

Resumo

PACIENTE EM BEG. RECEBE ALTA MEDICA PARA ACOMODAMENTO DE FRATURA

EDUARDO S. DE OLIVEIRA  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM-PI 4674

13 NOV. 2017

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

18 JUN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi

Impressão em: 13/11/2017 12:28:29

Página: 1

EDUARDO

WATE6555





SANTA  
MARIA

HOSPITAL SANTA MARIA LTDA  
Parecer médico

Paciente RONALDO PROZERES CINHA

Atendimento 1034103  
Consultas PLANTE

Especialidade origem Cirurgia Geral

Especialidade destino Ortopedia / Traumatologia

Motivo da Consulta

Acidente automobilístico  
Fratura em radio distal

Data: 08/11/2017 23:12:13

Assinado eletronicamente por:  
JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA  
CRM 4100

Resposta parecer

ORTOPEDIA:

PACIENTE COM FRATURA DE RADIO DISTAL ESQUERDO + FRATURA DE BENNETT MÃO  
DIREITA, AMBAS FRATURAS COM INDICAÇÃO CIRURGICA

CD: SOLICITO EXAMES PRE-OP + MOBILIZAÇÕES + GUIA DE CIRURGIA

Data: 08/11/2017 00:20:14

Assinado eletronicamente por:  
JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA  
CRM 4100

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

15 JUN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi



Emissão do Laudo:

HOSPITAL  
**SANTA  
MARIA**

Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Dt. Nasc: 07/03/1973 Idade: 44 anos Sexo: Masculino RG: 1120850 CPF: 47419385300  
Médico Solicitante: Camilla Aniele Areia Ferreira  
Atendimento: 1034452 Prescrição: 882887  
Data: 08/11/2017 22:24:38

## **TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO**

**Técnica:** Realizados cortes tomográficos axiais no plano órbito-meatal da base do crânio até o vértex.

### **Análise:**

Aumento de partes moles extracranianas na região frontal esquerda, compatível com hematoma subgaleal.

Calota craniana sem desalinhamentos ósseos detectáveis.

Parênquima cerebral com atenuação preservada.

Espaços periencefálicos, sulcos e cisternas de aspecto habitual para a faixa etária.

Ventrículos laterais e terceiro ventrículo com morfologia, dimensões e topografia normais.

Tronco encefálico e cerebelo com morfologia e coeficientes de atenuação normais

Quarto ventrículo com morfologia, dimensões e topografia normais.

Ausência de processos expansivos ou coleções hemorrágicas intra/extra-axiais detectáveis ao método.

### **Impressão Diagnóstica:**

Aumento de partes moles extracranianas na região frontal esquerda, compatível com hematoma subgaleal.

Assinado eletronicamente em 09/11/2017 0h8min41s BRST por:

Dra. Cynthia Abreu Akiho  
CRM-SP 145.875

Assinado eletronicamente em 09/11/2017 8h35min19s UYST por:

Dr. Fábio Kenji Okamura  
CRM-SP 115.720



Rua Gov. Raimundo Arthur de Vasconcelos, 616  
Centro/Sul - Teresina - Piauí  
Fone: 86 3194-5100 / Fax: 86 3223-1935  
E-mail: admgeral@hsmaria.com.br

HOSPITAL  
**SANTA  
MARIA**

Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Dt. Nasc: 07/03/1973 Idade: 45 anos Sexo: Masculino RG: 1120850  
CPF: 47419385300  
Médico Solicitante: Eduardo Soares de Oliveira  
Atendimento: 1572336 Prescrição: 1292792  
Data: 06/04/2018 14:47:42

## **TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA HELICOIDAL DO PUNHO ESQUERDO (04 filmes)**

### **TÉCNICA:**

Estudo realizado com tomógrafo multi-slice através de aquisição volumétrica dos dados, com cortes submilimétricos, que foram pós-processados, obtendo-se imagens axiais. Realizadas reformatações nos planos coronal e sagital.

### **ACHADOS:**

Fratura metadiafisária distal do rádio, não consolidada, fixada por placa e parafusos metálicos, que produzem artefatos de endurecimento de feixe, o que prejudica a adequada avaliação desta região.

Redução difusa dos valores de atenuação córtico/esponjoso, com intensa substituição do trabeculado esponjoso por material lipomatoso.

Fragmento ósseo destacado adjacente a região metafisária distal da ulna.

Densificação dos planos adiposos associado a derrame articular adjacente a fratura supracitada.

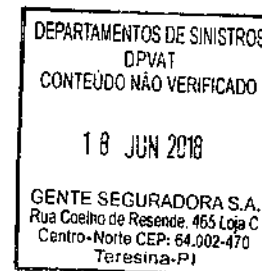
Interlinhas articulares: com superfícies lisas e regulares.

Planos musculares: com distribuição, morfologia e densidade normais.

Estruturas tendíneas com densidade normal.

### **CONCLUSÃO:**

1. FRATURA METADIAFISÁRIA DISTAL DO RÁDIO, NÃO CONSOLIDADA, FIXADA POR PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS. Tal achado é sugestivo de PSEUDOARTROSE;
2. REDUÇÃO DIFUSA DOS VALORES DE ATENUAÇÃO ÓSSEA, sugestivo de OSTEOPENIA POR DESUSO;
3. FRAGMENTO ÓSSEO DESTACADO ADJACENTE A REGIÃO METAFISÁRIA DISTAL DA ULNA;
4. DENSIFICAÇÃO DOS PLANOS ADIPOSOS ASSOCIADO A DERRAME ARTICULAR ADJACENTE A FRATURA SUPRACITADA;
5. Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.



*Stan Lopes Leite Mendes*  
**CRM 5172**

Rua Gov. Raimundo Arthur de Vasconcelos, 616  
Centro/Sul - Teresina - Piau  
Fone: 86 3194-5100 / Fax: 86 3223-1931  
E-mail: admgeral@hsmaria.com.br

Página: 1

DR. MARCUS VINÍCIUS MEDEIROS DE BRITO



**CENTRO ORTOPÉDICO TERESINA LTDA.**

Av. Miguel Rosa, 3360/Sul - Fone: (0\*\*86) 3230-7900  
Busca Automática - CEP 64001-490 - Teresina-PI

Nome: \_\_\_\_\_

**\*\*\* LAUDO RADIOLÓGICO \*\*\***

No. Atend: 255526 Data: 04/01/2018

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA

Solicitante: DR EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA

Convênio: IPMT

Exame: 0200-RX MAO DIREITA

**CONCLUSÃO:**

FRATURA RECENTE NO 1º METACARPO  
PRESENÇA DE PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS  
EDEMA DE PARTES MOLES

Teresina(PI), 10 de Janeiro de 2018

Data

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dr. Carlos Augusto Moura Fé  
CRM 1341  
Radiologista



**ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

**Voltando a consulta, traga esta receita e exames Complementares**  
**Esta receita não deve ser trocada**





**CENTRO ORTOPÉDICO TERESINA LTDA.**

Av. Miguel Rosa, 3360/Sul - Fone: (0\*\*86) 3230-7900  
Busca Automática - CEP 64001-490 - Teresina-PI

Nome: \_\_\_\_\_

**\*\*\* LAUDO RADIOLÓGICO \*\*\***

No. Atend: 255526 Data: 04/01/2018

Paciente: RONALDO PRAZERES CUNHA

Solicitante: DR EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA

Convênio: IPMT

Exame: 0199-RX PUNHO ESQUERDO

**CONCLUSÃO:**

FRATURAS RECENTES NO RADIO DISTAL E NO ESTILOIDE ULNAR  
PRESENCIA DE PLACA E PARAFUSOS METALICOS NO RADIO  
EDEMA DE PARTES MOLES

Teresina(PI), 10 de Janeiro de 2018

Data 11/1   
Dr. Carlos Augusto Moura Fê  
CRM 1341  
Radiologista



**ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

**Voltando a consulta, traga esta receita e exames Complementares  
Esta receita não deve ser trocada**



Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Dt. Nasc: 07/03/1973 Idade: 44 anos Sexo: Masculino RG: 1120850 CPF:  
47419385300  
Médico Solicitante: Eduardo Soares de Oliveira  
Atendimento: 1034703 Prescrição: 891580  
Data: 12/11/2017 12:26:00

**RX DIGITAL DA MÃO ESQUERDA (02 INC.)**

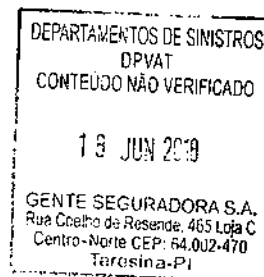
**ACHADOS:**

Fratura oblíqua completa alinhada na diáfise do 1º metacarpo, fixada com placa e parafusos metálicos.  
Interlinhas e superfícies articulares: íntegras.

**CONCLUSÃO:**

1. FRATURA OBLÍQUA COMPLETA ALINHADA NA DIÁFISE DO 1º METACARPO, FIXADA COM PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS;
2. Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.

Obs.: tala gessada projetada nas imagens.



  
Francisco Cardoso da Silva Junior  
CRM 5062

Rua Gov. Raimundo Arthur de Vasconcelos, 616  
Centro/Sul - Teresina - Piauí  
Fone: 86 3194-5100 / Fax: 86 3223-1935  
E-mail: admgeral@hsmaria.com.br



Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Dt. Nasc: 07/03/1973 Idade: 44 anos Sexo: Masculino RG: 1120850 CPF:  
47419385300  
Médico Solicitante: JACKELINE LARISSA MENDES DE SOUSA  
Atendimento: 1034703 Prescrição: 896939  
Data: 14/11/2017 10:03:37

**RX DIGITAL DO PUNHO ESQUERDO (02 INC.)**

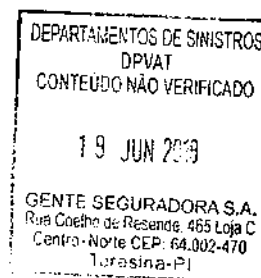
**ACHADOS:**

Placa e parafusos metálicos de fixação na diáfise/epífise distal do rádio.  
Interlinhas e superfícies articulares: Integras.  
Aumento do volume das partes moles do punho.

**CONCLUSÃO:**

1. PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS DE FIXAÇÃO NA DIÁFISE/EPÍFISE DISTAL DO RÁDIO;
2. AUMENTO DO VOLUME DAS PARTES MOLES DO PUNHO;
3. Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.

OBS: Tala gessada.



*U. Martins*  
Rua Gov. Raimundo Arthur de Vasconcelos, 616  
Centro/Sul - Teresina - Piauí  
Cinara Lorraine Portela Martins  
**CRM 4597** Fone: 86 3194-5100 / Fax: 86 3223-1935  
E-mail: admgeral@hsmaria.com.br



Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Dt. Nas: 07/03/1973 Idade: 44 anos Sexo: Masculino RG: 1120850  
CPF: 47419385300  
Médico Solicitante: Camilla Aniele Areia Ferreira  
Atendimento: 1034452 Prescrição: 882887  
Data: 08/11/2017 21:23:42

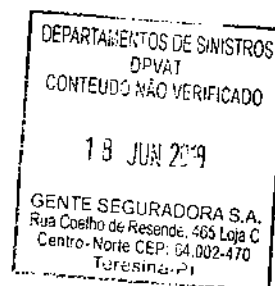
## RX DIGITAL DO PUNHO DIREITO (02 INC.)

### ACHADOS:

Fratura da metáfise proximal do 1º metacarpo.  
Interlinhas e superfícies articulares: Íntegras.  
Aumento de volume e densidade de partes moles adjacentes.

### CONCLUSÃO:

1. FRATURA DA METÁFISE PROXIMAL DO 1º METACARPO;
2. AUMENTO DE VOLUME E DENSIDADE DE PARTES MOLES ADJACENTES;
3. Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.



  
Bruno Eduardo Fernandes Cabral  
CRM 5491

Rua Gov. Raimundo Arthur de Vasconcelos, 616  
Centro/Sul - Teresina - Piauí  
Fone: 86 3194-5100 / Fax: 86 3223-1935  
E-mail: admgeral@hsmaria.com.br





Nome: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Dt. Nasc: 07/03/1973 Idade: 44 anos Sexo: Masculino RG: 1120850  
CPF: 47419385300  
Médico Solicitante: Camilla Aniele Areia Ferreira  
Atendimento: 1034452 Prescrição: 882887  
Data: 08/11/2017 21:23:42

## **RX DIGITAL DO ANTEBRAÇO ESQUERDO (02 INC.)**

### **ACHADOS:**

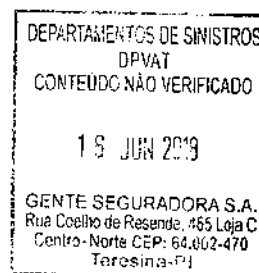
Fratura cominuta na região epimetadialfisária distal do rádio com luxação lateral do rádio e ulna em relação ao carpo.

Interlinhas e superfícies articulares: íntegras.

Aumento de volume e densidade de partes moles adjacentes.

### **CONCLUSÃO:**

1. FRATURA COMINUTA NA REGIÃO EPIMETADIAFISÁRIA DISTAL DO RÁDIO COM LUXAÇÃO LATERAL DO RÁDIO E ULNA EM RELAÇÃO AO CARPO;
2. AUMENTO DE VOLUME E DENSIDADE DE PARTES MOLES ADJACENTES;
3. Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.



  
Bruno Eduardo Fernandes Cabral  
CRM 5491

Rua Gov. Raimundo Arthur de Vasconcelos, 616  
Centro/Sul - Teresina - Piauí  
Fone: 86 3194-5100 / Fax: 86 3223-1935  
E-mail: admgerai@hsmaria.com.br

DIG. DOMINGOS BATISTA



Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **RONALDO PRAZERES CUNHA**

Nº Sinistro: **3180277681**

Vítima: **RONALDO PRAZERES CUNHA**

Data do Acidente: **07/11/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180277681**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 12982172

Pag. 00641/00642 - carta\_01 - INVALIDEZ



00030321



Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **RONALDO PRAZERES CUNHA**  
Nº Sinistro: **3180277681**  
Vítima: **RONALDO PRAZERES CUNHA**  
Data do Acidente: **07/11/2017**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180277681**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovação de ato declaratório não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01203/01204 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12982188



Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: RONALDO PRAZERES CUNHA

Nº Sinistro: 3180277681  
Vítima: RONALDO PRAZERES CUNHA  
Data do Acidente: 07/11/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180277681**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00529/0530 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13109668



Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **RONALDO PRAZERES CUNHA**

Sinistro: **3180277681**

Vítima: **RONALDO PRAZERES CUNHA**

Data do Acidente: **07/11/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180277681** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

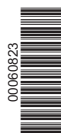
Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01645/01646 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13263103

